



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MARCELA VIEIRA MARTINS

“LA MUERTE ES EL CHILE”
A QUESTÃO DA IMPUNIDADE NA OBRA DE ROBERTO
BOLAÑO

Londrina
2018

MARCELA VIEIRA MARTINS

“LA MUERTE ES EL CHILE”
A QUESTÃO DA IMPUNIDADE NA OBRA DE ROBERTO
BOLAÑO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História da
Universidade Estadual de Londrina, como
requisito parcial à obtenção do título em
História- Licenciatura.

Orientador: Prof. Dr. André Lopes Ferreira

Londrina
2018

MARCELA VIEIRA MARTINS

“LA MUERTE ES EL CHILE”

A QUESTÃO DA IMPUNIDADE NA OBRA DE ROBERTO BOLAÑO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título em História- Licenciatura.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. André Lopes Ferreira
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Ms. Barthon Favatto Suzano Junior
Universidade Estadual Paulista-
UNESP/Campus de Assis

Prof. Dr^a. Carolina Amaral de Aguiar
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, _____ de _____ de _____.

Ya somos el olvido que seremos.

(Jorge Luis Borges)

MARTINS, Marcela Vieira. “**La murte es el Chile**”- **A questão da impunidade na obra de Roberto Bolaño**. 2018. 53 páginas . Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História– Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

RESUMO

Busca-se com este trabalho analisar a transição chilena para a democracia sob o viés da literatura produzida por Roberto Bolaño em dois livros publicados em 1996: *La literatura nazi en América* e *Estrella distante*. Nessas obras temas como justiça, memória e especialmente a impunidade, são questões que refletem o debate político que acontecia no país nos anos 1990. Bolaño, que estava morando no Chile quando aconteceu o golpe militar de 1973, foi preso durante oito dias em novembro do mesmo ano, partindo para o exílio em 1974. Seu país, contudo, ainda viveu sob uma ditadura militar por mais dezesseis anos, período no qual o governo vigente violou sistematicamente os direitos humanos, com assassinatos e torturas, ignorando convenções internacionais, incluindo a Declaração das Nações Unidas de 1942, da qual é signatário. Em 1990, após ser derrotado por um plebiscito popular, Augusto Pinochet passou a presidência para Patricio Aylwin, que organizou o retorno do país à institucionalidade e assumiu compromisso de manter estável a frágil democracia. Com o fim da ditadura, aqueles que tiveram suas vozes silenciadas nesse período, puderam finalmente relatar seus percalços durante o governo militar, fazendo emergir as memórias de torturas, prisões e assassinatos. Com isto, o novo governo também teve que enfrentar os casos de violação dos direitos humanos, uma demanda latente da sociedade civil chilena. Como hipótese, acredito que para escrever os livros analisados neste trabalho, Bolaño usa, não somente a experiência pessoal de ter sido preso durante a ditadura, mas também transpõe para sua prosa as demandas da população chilena durante a transição para a democracia, uma vez que ambos os livros foram publicados justamente na década de 1990, período no qual havia um acalorado debate sobre as violações de direitos humanos na ditadura.

Palavras-chave: Chile; Roberto Bolaño; justiça transicional; impunidade; literatura.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I. <i>El olvido que seremos</i> : Da Unidade Popular à redemocratização.....	15
1.1 A via chilena ao socialismo	15
1.2. Os anos de ditadura	20
1.3 Redemocratização e justiça de transição.....	25
CAPÍTULO II. Epílogo para os monstros: La literatura nazi en America e Estrella distante.....	35
2.1. Roberto Bolaño: poeta e vagabundo.....	35
2.2. La literatura nazi en America e Estrella distante	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
FONTES.....	51
BIBLIOGRAFIA	51

INTRODUÇÃO

A partir do dia onze de setembro de 1973, quando uma junta militar liderada por Augusto Pinochet derrubou o governo socialista de Salvador Allende, as violações contra os direitos humanos aumentaram consideravelmente no Chile, pois o novo governo perseguiu sistematicamente quem considerava seus opositores políticos, justificando torturas e assassinatos como um meio para controlar a ameaça comunista. Enquanto durou a ditadura militar (1973-1990), um total de 3.216 pessoas foram dadas como mortas ou desaparecidas¹; os torturados e sobreviventes das prisões políticas somam aproximadamente 40.000 e o número de exilados atingiu a marca de 20.000 até 1983. São esses os números contabilizados pela Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação, também conhecida como Comissão Rettig e pelo Programa de Direitos Humanos do Chile.

Em março de 1990, quando começou o mandato do presidente Patricio Aylwin o Chile iniciou o lento retorno à democracia após dezesseis anos de ditadura. O governo de Aylwin estava ciente de que ainda teria que medir forças com os militares que então saíam do comando, posto que estes não estavam politicamente enfraquecidos e ainda ocupavam cargos no novo governo democrático, contando ainda com certo prestígio popular. Com isto, o novo mandatário teria que ser muito cuidadoso ao lidar com a questão das violações dos direitos humanos na ditadura, pois se pressionasse muito os militares, isso poderia custar a recém-conquistada democracia.

Deste modo, tentando encontrar um equilíbrio entre fazer justiça às vítimas da ditadura e preservar a democracia, o governo de Aylwin recorreu à justiça transicional, um conjunto de medidas usadas em países e sociedades saídas de períodos de conflito interno como guerra civil, ditaduras, conflitos religiosos e outros. O termo foi cunhado para se referir aos novos governos democráticos na América Latina e Leste Europeu no início da década de 1990. Na América Latina a justiça transicional se dá no contexto do fim dos regimes autoritários iniciados nos anos 1960, um período marcado pela violência e violação em massa dos direitos humanos. Em termos gerais, a justiça de transição é dividida em cinco eixos

¹ <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-94640.html>

[...] (a) o esclarecimento da verdade, com abertura de arquivos e investigações sobre os fatos; (b) a realização da justiça, mediante a responsabilização dos violadores dos direitos humanos; (c) a reparação de danos morais e materiais das vítimas, indivíduos e coletivos; (d) a reforma institucional dos serviços de segurança, para adequá-los à pauta constitucional de respeito aos direitos fundamentais; e (e) a promoção da memória, para que as gerações futuras possam conhecer e compreender as gravidades dos fatos (WEICHERT apud DAUER, 2016, p. 3).

Assim, temendo uma reação mais enérgica dos militares, além de outras especificidades que o Chile vivenciava e que serão explicadas mais adiante, o governo de Aylwin optou por um projeto de reconciliação entre vítimas e algozes, ao invés de atitudes punitivas. Uma das primeiras medidas de justiça de transição foi a criação da Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação, ou Comissão Rettig, nos primeiros meses de 1990. Essa comissão tinha como objetivo investigar mortes e desaparecimentos ocorridos durante a ditadura, além de atuar como espaço de preservação da memória e um lugar seguro para aqueles que quisessem relatar sua experiência ou de familiares durante o período. Vale ressaltar que não estava dentro das competências da comissão fazer prisões e julgamentos de assassinos, muito menos revelar os nomes mencionados nas entrevistas.

Quando em 1996 Bolaño publicou os livros analisados neste estudo, *La literatura nazi en América* e *Estrella distante*, a sociedade chilena ainda debatia os crimes de lesa-humanidade ocorridos na ditadura. A transição à democracia, iniciada em 1990, não havia encontrado um meio de punir aqueles que cometeram crimes políticos a mando do Estado durante o regime militar. Em um país polarizado politicamente e no qual os militares mediam forças com o regime democrático recém instaurado, a justiça foi sendo adiada sob o pretexto de não prejudicar o processo de transição.

O governo de Aylwin agia desse modo não somente por temer uma reação dos militares, mas também por causa da Lei de Anistia de 1978, que perdoava crimes políticos cometidos entre 1973 e 1978, período reconhecido pelos militares como “estado de sítio”. É evidente que tal lei foi criada para que os militares futuramente não fossem incriminados em nenhum processo ligado às violações dos direitos humanos. Além de amparados por essa lei, os militares ainda contavam com o apoio de membros da Suprema Corte, conhecidos colaboradores do regime militar que se recusavam a reinterpretar a lei de Anistia já no governo democrático. Essa

situação mudou um pouco a partir de 1998 quando os membros da Suprema Corte, que colaboraram com os militares, começam a se aposentar e os cargos foram ocupados por juízes que entendem que os desaparecimentos, segundo o Direito Internacional, podem ser considerados sequestros, ou seja, um crime em andamento.

Mesmo usando mecanismos de efeito simbólico como comissões da verdade e sistemas de reparação às vítimas da repressão, persiste o sentimento de impunidade, uma vez que muitos que contribuíram com torturas e assassinatos na ditadura não foram responsabilizados pelos seus crimes a partir da transição, como o próprio Augusto Pinochet e outros membros da junta militar.

Em síntese, quase 30 anos após o fim da ditadura no Chile, o país continua a debater os crimes ocorridos no regime militar. Antes de entregar a presidência a Sebastián Piñera no início de 2018, Michelle Bachelet conseguiu uma decisão favorável da justiça para que os 30.000 casos de torturados citados na Comissão Valech fossem investigados. Bachelet também sugeriu o fechamento de Punta Peuco, prisão para militares que colaboraram com a ditadura, famosa por seus privilégios aos encarcerados, mas o Ministro da Justiça e Direitos Humanos, Jaime Campos, se recusou a assinar o decreto alegando falta de tempo para analisar o recurso sobre um assunto tão importante.

Os corpos de Salvador Allende e Pablo Neruda foram exumados a fim de esclarecer quais foram as reais circunstâncias de suas mortes; além disso, o congresso está debatendo o fim da lei da anistia de 1978, principal empecilho ao julgamento e prisão de membros da junta militar, além de uma reforma na constituição de 1988, herança de Pinochet antes de sua derrocada final.

No ano de 2016, o ex-comandante do Exército chileno Juan Emilio Cheyre foi preso por sua participação como cúmplice no caso Caravana da morte, fato denunciado na década de 1990 pela jornalista Patricia Verdugo, a qual descobriu que militares organizavam execuções aleatórias em várias províncias do Chile. No mesmo ano, a justiça chilena investigou o patrimônio de Lucía Hiriart, viúva de Pinochet, e desde então sua família é acusada de enriquecimento ilegal. Em agosto de 2018 a justiça chilena encerrou o caso Riggs, que investigou o patrimônio obtido por Pinochet por meios ilegais e reteve 1,6 milhão de dólares de seus ativos.

Em dezembro de 2016, os condenados por violações dos direitos humanos que estão presos em Punta Peuco fizeram um pedido coletivo de perdão às vítimas da ditadura e seus familiares, gerando indignação e protestos, uma vez que se desconfiava que tal pedido fora feito para obter indultos e benefícios aos presos. Portanto, mesmo passados tantos anos após o fim da ditadura, a questão da justiça e da impunidade ainda gera um debate acalorado na sociedade chilena.

A frase escrita por Roberto Bolaño no livro *La literatura nazi en América*, “A vida real, por vezes, é demasiado parecida com um pesadelo” (BOLAÑO, 2010, p. 76) pode descrever muito bem os relatos de torturas que encontramos, por exemplo, no Tomo 2 do informe chileno da Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação. O próprio autor não era estranho às violações de direitos humanos nos anos de ditadura, uma vez que foi preso por cerca de oito dias e segundo seu relato passou fome e frio. Não chegou a ser torturado, mas conseguia ouvir os gritos dos outros encarcerados que não tiveram a mesma sorte. Tal experiência na sua juventude parece ter marcado profundamente Bolaño, que durante a breve vida e carreira literárias voltava com frequência ao tema do autoritarismo. É válido ressaltar que não somente a experiência no Chile marcou o autor, mas também sua vivência no México, onde morou pela primeira vez em 1968, o mesmo ano do massacre de Tlatelolco. A partir de 1977, quando chegou à Espanha, viu no decorrer dos anos o lento desmonte do franquismo e a consolidação da democracia.

Acontecimentos do mundo entendido como real são componentes essenciais da obra do escritor chileno, uma vez que, para o fazer literário, o autor usa sua memória pessoal e também coletiva, ou até mesmo quando ouvia alguma história interessante que algum amigo contava para escrever. Jaime Rivera, por exemplo, lembra que Bolaño sempre andava com um caderno de anotações e escrevia muito, e conta que, mais tarde, algumas coisas que disse para o amigo apareceram em seus livros. Uma das histórias contadas por Rivera a Bolaño se passou no Chile em 1974, quando o primeiro era professor adjunto da faculdade de artes na capital chilena e ainda não tinha sido convidado a se retirar do país. O então professor conheceu um pintor que também era soldado e estudava artes na faculdade onde dava aulas, e mais tarde o convidou para uma exibição de suas pinturas em seu apartamento. As pinturas, recorda Rivera, eram todas de pessoas assassinadas,

não literalmente, mas que o artista/soldado havia imaginado. Essas pinturas o deixaram perturbado e anos mais tarde contou a história a Bolaño.

O pintor soldado se transformou nas mãos de Bolaño em Carlos Ramírez Hoffman/Emilio Stevens, personagem do submundo artístico no livro *La literatura nazi en América*. Ramírez Hoffman é um artista, principalmente poeta, assim como soldado da FACH (Força Aérea Chilena) e também notório assassino. Hoffman não é o único anti-herói deste livro, que é uma espécie de compilação fictícia de artistas de orientação de extrema-direita, em sua maioria de caráter duvidoso, do continente americano. Como já dito anteriormente, o autoritarismo marcou a vida de Bolaño, que frequentemente escreveu sobre regimes autoritários, como os do Chile de Pinochet e a Alemanha nazista.

Essa aproximação entre realidade e ficção é uma constante na obra do escritor chileno, já que ele aproveita de acontecimentos reais, memória pessoal e coletiva para escrever. Principalmente em *Estrella distante* fica clara a relação real/ficcional quando Bolaño cria um alter-ego chamado Arturo Belano, um exilado chileno que mora na Espanha, mas que vivenciou os primeiros anos de ditadura pinochetista e ficou preso, assim como Bolaño. O alter-ego, além de ser um catalisador da memória pessoal de seu criador, também pode representar a juventude latino-americana que foi exilada, torturada e morta durante as ditaduras dos anos de 1960 e 1970.

Tanto *La literatura nazi en América* quanto *Estrella distante* foram publicados em 1996, período no qual o Chile ainda passava pelo processo de transição para a democracia e discutia as violações de direitos humanos ocorridas na ditadura. Foi um período no qual as memórias dos porões da repressão emergiram e a sociedade teve de lidar com os relatos de cidadãos chilenos que sofreram todo tipo de sevícias nas mãos dos militares.

A questão da memória é importante para entender a obra de Bolaño, posto que memória pessoal e coletiva são materiais utilizados pelo escritor em seu fazer literário, recorrendo também à escrita para preservar a memória de sua própria geração, a qual não tinha voz durante os regimes ditatoriais. Michael Pollak, em seu trabalho “Memória, esquecimento, silêncio”, já havia abordado a questão das memórias subterrâneas, “[...] que, como parte, integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional.” (POLLAK,

1989, p.4). Pollak chama atenção para o “[...] caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional.” (1989, p.4). Essa disputa pela memória se tornou muito clara no Chile pós-ditatorial, uma vez que, mesmo o governo estando empenhado em restaurar a democracia e preservar a memória da repressão do período militar, foi preciso ceder espaço para as vítimas, que tiveram a oportunidade de contar suas histórias. A Comissão Rettig, por exemplo, serviu como um meio de preservação de memória, mas por uma série de motivos, como o poder ainda influente dos militares, não obteve nenhum tipo de justiça ou amparo para as vítimas. Muitas das iniciativas de preservação de memória desses anos foram iniciadas mesmo antes do final da ditadura; alguns padres compilaram relatos de vítimas e seus familiares, associações de Direitos Humanos foram formadas, e logo após o fim desse período arrecadaram dinheiro para construção de memoriais. Assim, muito antes do governo democrático fazê-lo, a sociedade civil já estava se organizando para que a memória das vítimas da ditadura não caísse no esquecimento.

Apesar de não morar mais no Chile desde 1974, acredito que Bolaño usou a literatura como um reduto para a preservação da memória, chegando mesmo a afirmar que tudo o que havia escrito era uma carta de amor e despedida a sua geração. Por seus livros desfilam personagens exilados, minorias, tipos que vivem à margem da sociedade, vítimas da ditadura e do autoritarismo não só no Chile, mas também no México, Argentina, Uruguai, na Europa. Assim, personagens que sofreram atrocidades inimagináveis encontram uma voz na literatura, quando a história oficial não deu espaço a eles.

Bolaño fez parte de uma geração de escritores sem voz ou direito de expressão durante os regimes militares do Cone Sul, vivendo em uma espécie de clandestinidade literária. Segundo Cardoso (2009), sua obra é muito representativa da literatura latino-americana do último quartel do século XX, pois se caracteriza por seu engajamento e “[...] se encontra no limiar da literatura e do ensaio e, como tal, realiza uma pesquisa do indivíduo na sociedade e, por extensão, na história” (CARDOSO, 2009, p. 35-36).

A literatura tem sido uma fonte de estudo importante para a História, como pensa o historiador Nicolau Sevcenko (1983), que considerava o processo da produção literária como algo paralelo ao processo histórico. Nesse sentido, a literatura é fruto de uma motivação de seu tempo e funciona como um medidor para

as tensões sociais, uma vez que pode ser um espaço para os inconformados e marginalizados. Assim sendo, a literatura pode captar mudanças sociais e de mentalidade, pois os escritores que não estão em situação de dominância na sociedade e se identificam com os excluídos ocupam uma posição estratégica para entender e expressar os conflitos sociais.

Roberto Bolaño vai construir/sustentar *Estrella Distante e Literatura Nazi en América* com base na dor de anos de violência a qual o povo chileno foi submetido durante a ditadura de Pinochet, além da dor do esquecimento no pós-ditadura. Desse modo, a literatura dá voz aos marginalizados que

formaram o fundo humano de cujo abandono e prostração se alimentou a literatura. Foi sempre clara aos poetas a relação intrínseca existente entre a dor e arte. Esse é o caminho pela qual a literatura se presta como um índice admirável, e em certos momentos mesmo privilegiado, para o estudo da história social (SEVCENKO, 1983, p.22).

Valdeci Ramos Borges alinha-se ao pensamento de Sevcenko ao afirmar que a produção literária de uma sociedade pode constituir uma fonte proveitosa de estudo para a História. Ao pensar a literatura no âmbito dos bens culturais, defende que

A expressão literária pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época, pois um produto sociocultural, um fato estético e histórico, que representa as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos, as criações, os pensamentos, as práticas, as inquietações, as expectativas, as esperanças, os sonhos e as questões diversas que movimentam e circulam em cada sociedade e tempo histórico.

A literatura registra e expressa aspectos múltiplos do complexo, diversificado e conflituoso campo social no qual se insere e sobre o qual se refere. Ela é constituída a partir do mundo social e cultural e, também, constituinte deste; é testemunha efetuada pelo filtro de um olhar, de uma percepção e leitura da realidade, sendo inscrição, instrumento e proposição de caminhos, de projetos, de valores, de regras, de atitudes, de formas de sentir... Enquanto tal é o registro e leitura, interpretação, do que existe e proposição do que pode existir, e aponta a historicidade das experiências de invenção e construção de uma sociedade com todo o seu aparato mental e simbólico (BORGES, 2010, p. 98).

A literatura, a partir dos seus próprios métodos de criação, pretende assim como a História promover uma aproximação com o real. Ao lidar com o que é real a literatura pode reafirmar situações ou negá-las, ser um espaço de memória ou

expressar uma expectativa do porvir. De todo modo, ela é uma leitura do mundo, ao mesmo tempo em que narra as experiências da sociedade, e ainda que seja ficção, traz consigo o peso da realidade. Porém, no caso específico da literatura latino-americana, esta se tornou um campo de reflexão e problematização do espaço/tempo, conformando uma longa tradição literária. Segundo João Batista Cardoso

Dezenas de autores podem ser classificados entre os que tornaram a literatura um meio de suscitar questões que documentam e elucidam momentos e espaços específicos da história da América Latina, o que torna o romance um bom recurso para se entender épocas históricas e espaços humanos e naturais (CARDOSO, 2009, p.12).

Um recurso muito utilizado por escritores latino-americanos é a ficcionalização da história em uma tentativa de dar voz àqueles indivíduos marginalizados e oprimidos pela sociedade, como faz Roberto Bolaño. Em sua obra existe uma fronteira tênue entre o que é realidade e ficção, já que muito do que o autor escreve é baseado em situações objetivas ou históricas, além de experiências pessoais, como sua prisão logo após o golpe militar e o exílio.

O discurso literário é permeado por subjetividades; por isso, com o intuito de melhor compreender tais subjetividades na obra de Bolaño e entender como elas refletem o contexto do Chile pós-ditatorial dos anos de 1990, priorizaremos o questionamento do texto e contexto, assumindo que esse foi de fundamental importância para a escrita dos livros tratados neste trabalho. Como afirma Carlos Reis,

Faz sentido, por isso, considerar, como fator decisivo para a confirmação do estatuto de obra literária assumido por um texto, a sua articulação com o contexto, entendendo-se nessa articulação uma certa forma de dialogar com determinado cenário histórico e cultural (REIS, 2008, p.199).

O contexto de um texto literário é o modo como esse último se relaciona com o mundo exterior e que agrupa vários elementos como ideologias, crenças, visões de mundo, eventos históricos e outros; logo, entendemos a obra literária “– [...] como uma “expressão” ou “reflexão” da realidade; ela ordena a experiência humana, ou materializa uma intenção do autor” (EAGLETON, 1994, p.195). João Batista Cardoso assevera como o mundo exterior determina o tipo de obra que será escrita refletindo que

[...] as relações entre subjetividade e objetividade dizem respeito a uma interação entre arte e o contexto histórico, pois as considerações de segurança e instabilidade fluem a partir das relações entre os homens e entre estes e o mundo no que tange àquilo que o contexto oferece em termos de posições filosóficas, progresso, atraso, opressão ou libertação (CARDOSO, 2009, p.26).

Desta forma, procurando destacar a importância do contexto histórico e social para a construção de um texto literário, no primeiro capítulo farei uma breve explicação do que foi o governo socialista de Salvador Allende, do período militar que caçou incessantemente seus opositores políticos, e por fim o que foi a transição chilena para a democracia. Nesse quesito, apontarei a diferença entre as demandas e expectativas da sociedade civil e o programa cumprido pelo governo. No segundo capítulo irei aproximar o contexto exposto no primeiro capítulo com as fontes de estudo, ou seja, os livros *La literatura nazi en América* e *Estrella distante*, relacionando sua conexão com o Chile pós-ditadura militar durante o processo de redemocratização do país, assumindo que Bolaño transpôs para a literatura o momento histórico pelo qual o Chile passava. Portanto, espero contribuir com o debate sobre a transição chilena à democracia sob um viés diferente do que vem sendo estudado, que ora se trata de uma comparação entre as transições dos países do Cone Sul, e ora é feito sob a perspectiva da área do direito. Como hipótese central, admito que questões pertinentes à transição como memória, justiça e impunidade não foram somente demandas da sociedade chilena, mas que também fomentaram uma discussão que influenciou diretamente a produção literária do escritor Roberto Bolaño.

CAPÍTULO I. *El olvido que seremos*²: Da Unidade Popular à redemocratização

1.1 A via chilena ao socialismo

Acredito que, para compreender o que foi a transição chilena à democracia e a influência desse processo na criação literária de Roberto Bolaño, seria importante fazer antes uma breve contextualização do período do governo de Salvador Allende, uma vez que Bolaño foi motivado a retornar ao Chile para ajudar na causa da Unidade Popular. Logo em seguida discutirei o golpe militar de 1973 e como tal fato foi aberrante para um país que desde o final do século XIX tinha partidos progressistas, como o Partido Radical Secular (1863) e o Partido Democrático (1887), além de uma esquerda partidária bem organizada ao redor dos partidos Comunista (1922) e Socialista (1933).

O Chile ficou conhecido como uma exceção regional por conta de sua inabalável democracia; nos anos 1960, inclusive, abrigava exilados de vários países da América Latina que já viviam sob governos ditatoriais, como o Brasil. Neste capítulo irei apresentar os diferentes governos chilenos em um recorte de mais de vinte anos, começando em 1970, com a eleição à presidência de Salvador Allende, seguido do período do regime militar, que durou de 1973 até 1990, e por fim a transição para a democracia de 1990 em diante. Claro que todos esses governos são muito complexos para serem entendidos em poucas linhas, mas tentarei apresentar em aspectos gerais o que foi cada um deles e suas particularidades.

Na sua candidatura à presidência em 1970 o médico Salvador Allende contava com o apoio da coalizão de esquerda denominada Unidade Popular - UP. Diferentemente de países como Cuba, que passaram por uma revolução armada, Allende pretendia implementar em seu país uma via democrática ao socialismo, também conhecida como a “via chilena”. Sua proposta para a via democrática ao socialismo era primeiramente nacionalizar as minas de cobre do Chile e outras riquezas minerais básicas; deste modo, os rendimentos do setor poderiam financiar o desenvolvimento econômico nacional e equalizar problemas sociais, como o déficit habitacional. Além disso, a construção de moradias solucionaria a questão do

² Um dos últimos poemas escritos por Jorge Luis Borges, que Bolaño admirava.

desemprego ao utilizar mão de obra de migrantes rurais e da população urbana (WINN, 2010, p. 64). Peter Winn explica que para alcançar esse objetivo

[...] o governo da Unidade Popular criaria uma economia mista, com um setor público e outro de propriedade privada- pública, compreendida pelas maiores e mais estratégicas empresas- as “controladoras da economia”, no discurso da época. Isso incluiria os bancos privados da nação, famosos por serem negócios sempre lucrativos, que pegavam as economias dos chilenos e as emprestavam a juros baixos para as empresas dos doze “clãs” econômicos que as controlavam. Juntamente com os projetados aumentos de salários e com os gastos sociais, esperava-se que essas nacionalizações tornassem o Chile uma sociedade mais igualitária, com padrões de vida melhorados. Uma reforma agrária profunda, dando o controle da terra aos camponeses que nela trabalhavam, mas também às novas cooperativas de camponeses, resolveria o déficit alimentar do Chile e aumentaria as rendas rurais e a igualdade social (WINN, 2010, p. 64 - 65).

Nessas eleições, ambos os concorrentes de Allende viviam sob a sombra de mandatos anteriores que não corresponderam às expectativas da população; assim, na disputa de 1970 Allende e a Unidade Popular conquistaram uma apertada vitória de 36,3% dos votos contra Jorge Alessandri que obteve 34,9 do eleitorado. O candidato Radomiro Tomic obteve 27,8 dos sufrágios. Conhecidos os resultados, mal Allende conquistara a vitória e conspiradores já se agitavam tentando impedir que ele assumisse. Um dos envolvidos neste plano era Alessandri, que custava a reconhecer a vitória de Allende e se uniu aos democratas-cristãos, partido de Radomiro Tomic, para que a Unidade Popular permanecesse longe do poder. Anos mais tarde Alessandri também contribuiria com a ditadura militar ao fazer parte do conselho de Estado que redigiria a nova constituição chilena. Outro ator que também se sentiu incomodado com a vitória da UP foram os Estados Unidos, que já tinham “ajudado” a consolidar várias ditaduras na América Latina. O presidente Richard Nixon, famoso por seu anticomunismo e ajudado por informantes no Chile como o empresário Augustín Edwards, “[...] já vinha preparando planos de contingência que variavam desde subornar membros do congresso chileno para votar contra sua confirmação até promover um golpe militar. [...]” (WINN, 2010, p. 70).

Algumas siglas como o Partido Nacional (PN), decidiram empreender manobras legais para impedir o governo de Allende. Alberto Aggio explica essa situação da seguinte forma:

[..] A estratégia inicial da direita, procurando afirmar a oposição inconciliável entre marxismo e democracia, foi a de atrair a democrata-cristãos visando barrar quaisquer negociações entre UP e DC. Basicamente ideológica, esta iniciativa não se mostrou eficaz, uma vez que a DC, além do distanciamento com relação à direita observado no governo Frei, havia concorrido as eleições com um candidato de sua ala esquerda, Radomiro Tomic, que, logo após a divulgação dos resultados, reconheceu publicamente a vitória de Allende. Por esta razão, a direita alterou rapidamente sua tática, propondo abertamente uma megaoperação engenhosa que favorecia a curto prazo, a DC: o congresso ratificaria a segunda maioria obtida pelo candidato da PN, Jorge Alessandri; este renunciaria a presidência, e a direita se comprometia, num novo pleito, a apoiar a candidatura da DC... [...] Ao invés da arriscada alternativa que a direita lhe propunha, a DC preferiu um caminho de negociação com a esquerda, procurando afirmar-se como uma força autônoma. Desta postura da DC resultou o fracasso da tentativa de impedimento legal acalentada pela direita (AGGIO, 2002, p. 111).

Após o fracasso em tentar barrar Allende e a Unidade Popular por vias legais, a extrema-direita chilena partiu para outras ações, como ataques terroristas para desestabilizar o novo governo. Uma dessas iniciativas foi a criação do movimento Frente Nacionalista Pátria e Liberdade, ou simplesmente Pátria e Liberdade, de orientação fascista e nacionalista, que atuou de 1970 até 1973, se dissolvendo após o golpe militar. Um de seus primeiros atos foi o ataque ao General René Schneider logo após a eleição, sendo que o militar acabou morto em uma tentativa de sequestro. Sem dúvida a eleição de Allende e o assassinato de Schneider abalaram o sistema político e econômico do Chile. Winn escreve que o novo presidente

[...] Entendia que sua primeira tarefa era restaurar a estabilidade econômica; caso contrário se arriscaria a criar as condições para um golpe militar. Por isso, durante suas primeiras semanas como presidente eleito, Allende foi um modelo de moderação, uma presença tranquilizadora que advertia sobre a necessidade de se mover lentamente e agir com contenção. Seus atos mais radicais foram simbólicos, como seu reconhecimento da Cuba comunista, o que preocupou mais Washington do que os chilenos, e tinha o propósito de acalmar seus partidários de esquerda, desapontados por ele não ter tirado proveito da confusão da direita para iniciar sua presidência com cem dias revolucionários. A contenção de Allende foi uma estratégia calculada para acalmar as elites econômicas e políticas do Chile e levá-las a acreditar que uma presidência e Salvador Allende não poderia ser, afinal, tão temível, e que ele era um esquerdista chileno com o qual se podia negociar. Gradualmente o sistema político se acertou e o espectro da instabilidade diminuiu (WINN, 2010, p. 77).

Passado esse tempo, o novo governo começou a implementar rapidamente o seu programa. Peter Winn explica que o programa de Allende consistia basicamente em quatro pilares para controlar a economia. O primeiro era recuperar as riquezas minerais no país, principalmente o cobre. O segundo era a nacionalização dos bancos. O terceiro, uma reforma agrária profunda e o quarto e último, a socialização de empresas de produção e distribuição chilenas (WINN, 2010, p. 78). Em um ano, Allende levou a cabo seus planos de governo por meios legais sem causar grandes convulsões sociais, realizando uma “revolução vinda de cima”, como afirma Peter Winn. Contudo, em dado instante irrompeu outro movimento, o da “revolução vinda de baixo”, a qual contava com a atuação de outros atores sociais, como trabalhadores, camponeses e *pobladores* chilenos. Para Winn

[...] Essa “revolução vinda de baixo” com frequência coincidia com, ou complementava, mas cada vez mais divergia da revolução legalista e modulada vinda de cima, em um processo mais espontâneo e interativo das bases que não era facilmente controlado de cima. Se a marca registrada da revolução vinda de cima era seu legalismo, a marca registrada da revolução vinda de baixo era a *toma*, a apropriação da propriedade, ação formalmente ilegal, mas socialmente justa. Na revolução chilena, a maioria das ocupações foram de lugares em que as pessoas moravam ou trabalhavam, ou esperavam morar ou trabalhar - um pedaço de terra desocupada no subúrbio invadido pelos *pobladores* sem-teto, uma grande fazenda rural ocupada por camponeses sem-terra, ou uma fábrica urbana ocupada por seus trabalhadores (WINN, 2010, p.89-90).

Como resposta à “revolução vinda de baixo”, o governo de Allende decidiu por acelerar a revolução legalista que estava praticando desde o início do governo, impulsionando a reforma agrária e expropriando grandes propriedades privadas. Winn chama atenção para o fato de que esta foi a revolução sem violência mais rápida e devastadora de toda a história. Até mesmo Chou En-lai, líder revolucionário chinês, avisou Allende que ele estava indo rápido demais (WINN, 2010, p.100).

No final do ano de 1971 o período estável da revolução estava chegando ao fim, tendo início os conflitos internos, ou o que o cineasta Patricio Guzmán chamou de “a batalha do Chile”³. Após um curto período de desentendimento entre oposição e governo, começaram os tumultos localizados inflados pela direita, que procurava com essa tática mobilizar grupos sociais que não participavam da política atrelando-

³ Trilogia Batalha do Chile de Patricio Guzman, 1975

os a grupos mais envolvidos. Aggio comenta que “[...] Importava à direita criar um clima generalizado de contestação que pudesse isolar a tática da DC e impor uma oposição frontal à UP.” (AGGIO, 2002, p. 124). Um dos conflitos ocorridos no fim de 1971 teve lugar na Universidade do Chile por causa de uma reforma da esquerda que atingiria a Escola de Direito; com isso, prédios foram ocupados pela oposição e o ambiente rapidamente tornou-se violento, polarizando inteiramente a universidade. O outro foi uma marcha de mulheres de classe média e alta contra o desabastecimento, fenômeno que neste momento ainda era raro. Conhecida como a “marcha das panelas vazias”, a iniciativa também foi articulada pela direita e contou com a ajuda do movimento Pátria e Liberdade, tornando também essa manifestação mais um conflito violento.

Deste modo, o governo de Allende não sofria apenas com a oposição de outros partidos políticos com os quais estava mais difícil de negociar, como os democratas-cristãos, mas também padecia com a oposição nas ruas. Até mesmo dentro da UP a situação mostrava sinais de desgaste político. Aggio comenta que “[...] a conjuntura de meados de 1972 já se mostrava bastante tensa, sendo que o fracasso das negociações entre UP e DC só favoreceu ao fortalecimento dos setores extremistas de ambos os lados. [...]” (AGGIO, 2010, p. 133-134).

Um exemplo é a crise de outubro de 1972, que teve sua origem em uma paralisação nacional organizada pelo setor patronal e aderida pela classe média, parando quase que integralmente as atividades do país. Essa paralisação teve a adesão dos caminhoneiros e os estudantes e logo explodiu em conflitos violentos. Foi um teste para a esquerda, que conseguiu por esse período superar suas divisões para manter o país funcionando.

As eleições parlamentares de 1973 marcaram a vitória da Confederação Democrática com 55% dos votos contra 44% da UP. Esse pleito selou o caminho pelo qual a UP seria derrotada, uma vez que a via legal, com a derrota nessa eleição, estava fora do roteiro. A polarização política se acirrou juntamente com a deterioração da UP por conta de divergências internas; assim ocorreu a primeira tentativa de golpe em 29 de junho de 1973, episódio conhecido como *Tancazo*. Winn explica esse episódio da seguinte maneira:

O *tancazo* foi a rebelião de um oficial neofascista que não fazia parte do grupo de generais e almirantes que estavam conspirando contra

Allende. Para eles, esse evento funcionou como uma sondagem militar, que revelou os pontos fortes e a estratégia do inimigo que tinham de ser neutralizados antes do ataque real. O *tancazo* deixou claro que o general Prats era o principal obstáculo dentro as Forças Armadas a um golpe militar. Também ressaltou que, entre os partidários civis de Allende, provavelmente era nos trabalhadores industriais e seus cordões, e nos comunistas, socialistas e guevaristas do MIR, bem como nos *pobladores*, camponeses e estudantes que os apoiavam, que a resistência a um golpe se concentraria. Durante as semanas que se seguiram, os conspiradores militares começaram a enfraquecer esses pilares de defesa da Unidade Popular para preparar as Forças Armadas para um golpe militar e para criar as condições econômicas e políticas no Chile que justificassem uma derrubada violenta do governo constitucional eleito e garantissem o sucesso da tomada do poder pelos militares (WINN, 2010, p. 168-169.).

O general Prats, cada vez mais acuado e sendo pressionado a renunciar, uma vez que somente o chefe do Estado-Maior poderia organizar um golpe militar, pediu apoio aos seus generais, mas somente uma minoria o atendeu. Assim, renunciou ao cargo de ministro da defesa e comandante-em-chefe das Forças Armadas, aconselhando Allende a indicar para o cargo Augusto Pinochet, a quem considerava “um grande soldado”. Em 11 de setembro - esse outro 11 de setembro como lembra Peter Winn - Pinochet liderou um golpe militar e derrubou o governo de Allende. Carlos Prats seria assassinado no ano seguinte em Buenos Aires em um atentado orquestrado pela DINA, a polícia política de Pinochet.

1.2. Os anos de ditadura

A contrarrevolução começou na madrugada de 11 de setembro, com um golpe da Marinha. Allende, que desde o dia 10 já sabia que estava sendo vítima de uma rebelião das Forças Armadas, se retirou para o *La Moneda*, o palácio presidencial onde sua única proteção era o GAP, sua guarda pessoal formada por membros do Partido Socialista⁴. Esse grupo de cerca de doze pessoas resistiu contra o Exército e a Aeronáutica chilena, que contavam com armas, tanques e aviões, alguns inclusive fornecidos pelos Estados Unidos; Allende, para se defender, tinha em mãos somente uma AK-47, presente de Fidel Castro. A partir das 7:55 da manhã, Allende começou uma série de transmissões por rádio dirigidas ao povo

⁴ O GAP, acrônimo de *Grupo de Amigos Personales*, foi formado no final de 1970 e contou em seus primeiros tempos com integrantes do MIR, os quais receberam treinamento armado para fazer a guarda pessoal do Presidente da República. Após os atritos entre a Unidade Popular e o MIR o GAP ficou restrito a membros do PS, partido de Allende.

chileno relatando a rebelião das Forças Armadas; sua última transmissão foi às 9:10, e o presidente estava ciente que esta seria sua última fala, uma vez que a Força Aérea tinha bombardeado a torre de transmissão da *Rádio Corporación*. Suas palavras são dirigidas aos traidores, mas também a sua base de apoio mais fiel, os trabalhadores chilenos:

Seguramente Radio Magallanes será acallada y el metal tranquilo de mi voz ya no llegará a ustedes. No importa. La seguirán oyendo. Siempre estaré junto a ustedes. Por lo menos mi recuerdo será el de un hombre digno que fue leal con la Patria.
El pueblo debe defenderse, pero no sacrificarse. El pueblo no debe dejarse arrasar ni acribillar, pero tampoco puede humillarse.
Trabajadores de mi Patria, tengo fe en Chile y su destino. Superarán otros hombres este momento gris y amargo en el que la traición pretende imponerse. Sigán ustedes sabiendo que, mucho más temprano que tarde, de nuevo se abrirán las grandes alamedas por donde pase el hombre libre, para construir una sociedad mejor.
¡Viva Chile! ¡Viva el pueblo! ¡Vivan los trabajadores!
Estas son mis últimas palabras y tengo la certeza de que mi sacrificio no será en vano, tengo la certeza de que, por lo menos, será una lección moral que castigará la felonía, la cobardía y la traición (ALLENDE, 1973).

Pouco depois desse horário, tanques começaram a bombardear o *La Moneda*, que mais tarde seria também bombardeado por jatos da Força Aérea que pretendiam forçar Allende a se render. Embora hoje se saiba que Pinochet tinha dado ordens para matá-lo, Allende não se rendeu, preferiu voltar a arma contra si mesmo, e com esse gesto transformou-se de um “[...] presidente socialista democrático em revolucionário e mártir republicano, e conduziria sua revolução chilena a um mítico e trágico fim” (WINN, 2010, p. 179). Para aqueles que esperavam que após o golpe haveria apenas uma “*dictablanda*”, estavam mais do que enganados, e puderam ouvir no mesmo dia o que os esperava quando quatro líderes das Forças Armadas se apresentaram em rede nacional pela televisão justificando o golpe como uma tentativa de salvar o país do comunismo, argumento usado corriqueiramente para legitimar os regimes militares do Cone Sul.

No dia seguinte a Constituição chilena foi suspensa e o Congresso fechado, todos os partidos foram banidos, inclusive os de centro e direita, a imprensa e meios de comunicação foram submetidos à censura rígida, eleições e reuniões de qualquer tipo foram banidas; foi também declarado estado de sítio e determinado toque de recolher. O Chile, símbolo da democracia na América do Sul, tornou-se palco de

uma das mais rígidas ditaduras. Um dia após o golpe, em 12 de setembro, a ditadura já colocava sob vigilância suas primeiras vítimas no Estádio Nacional de Santiago, onde pelos próximos dois meses passariam ao menos 20.000 presos do regime militar, a maioria jovens estudantes e trabalhadores, como pode ser lido no relatório Rettig.

A ditadura não fazia distinção entre anônimos e famosos: uma toxina foi utilizada para matar o ex-presidente chileno Eduardo Frei; Carlos Prats e Orlando Letelier foram mortos por atentados a bomba na Argentina e Estados Unidos respectivamente; Victor Jara, famoso cantor de música popular chilena e apoiador da Unidade Popular, foi morto com 44 tiros, mas antes teve suas mãos esmagadas a coronhadas quando foi submetido à tortura durante dias. Alberto Bachelet, pai da ex-presidente do Chile, Michele Bachelet, que anteriormente ao golpe foi General de brigada da Força Aérea, morreu por conta de um infarto do miocárdio após ser submetido à tortura. Prêmio Nobel de literatura, o poeta Pablo Neruda, que tinha câncer de próstata, morreu após aparentemente receber uma injeção letal em um hospital de Santiago, e aqueles que ousaram comparecer ao seu enterro só fizeram aumentar o número de vítimas da ditadura, já que a maioria foi perseguida. De acordo com Roniger e Sznajder, no Chile de Pinochet alguns tipos sociais constituíam uma ameaça à sociedade, por isso os militares se achavam qualificados para reorganizá-la, e para esse fim

[...]fizeram uso de sequestros, encarceramentos prolongados, tortura, execuções sumárias, desaparecimentos e assassinatos. A violação dos direitos individuais foi facilmente enquadrada, reconhecendo-se a primazia dos interesses coletivos sobre os individuais. Amplos setores do comando militar acreditavam que a própria democracia era corrupta, ineficiente e conducente a um maior sofrimento e, eventualmente, a uma restrição mais ampla e até mesmo à aniquilação dos direitos civis e políticos pelos comunistas e seus aliados, se fosse permitido a estes últimos assumir as rédeas do Estado (RONIGER; SZNAJDER, 2004, p. 17).

Não sendo suficiente este montante de prisões, torturas e assassinatos, em outubro de 1973 foi montada a operação Caravana da Morte para exterminar adversários políticos. Para tanto, oficiais percorriam as províncias com a desculpa de rever sentenças, mas por fim acabavam por aumentá-las ou simplesmente executar em massa os presos. Para justificar esses assassinatos, faziam relatórios falsos que afirmavam que os detentos foram mortos ao tentar escapar. Outra operação

coordenada pela DINA foi a Operação Condor, uma aliança entre os governos militares do Cone Sul juntamente com a CIA para eliminar opositores políticos desses regimes. Além de Orlando Letelier e Carlos Prats, suspeita-se que o ex-presidente brasileiro, João Goulart, também tenha sido vítima dessa operação.

Peter Winn chama atenção para o fato de que essa caça sistemática aos opositores políticos se deu em parte para impedir que se organizasse uma resistência ao regime, e em parte para impedir uma oposição à contrarrevolução econômica e social que estava prestes a acontecer, como a privatização das fábricas e fazendas tomadas por trabalhadores (WINN, 2010, p. 186). Antes do golpe, cerca de 500 empresas, desde fábricas até bancos, foram incorporadas ao setor público; depois da queda de Allende uma a uma dessas empresas foram privatizadas e, durante a década de 1980, o governo liquidou até mesmo estatais de períodos anteriores, notadamente as do setor de energia elétrica e telefonia.

Além das privatizações, a junta militar congelou os salários diminuindo o poder econômico dos trabalhadores, fato que somado ao aumento dos preços dos alimentos, empobreceu a dieta da população. Se esvaiu a independência que eles tinham conquistado no governo de Allende, uma vez que se organizavam em sindicatos e na administração das empresas que agora não mais poderiam protegê-los. A reforma agrária realizada por Allende e as fazendas ocupadas por trabalhadores foram retomadas e devolvidas aos proprietários originais, assim, o trabalhador do campo não estava em situação melhor que o da cidade.

A “revolução de direita” comandada por Pinochet, no campo político bem como no econômico, visava não só romper com as mudanças que Allende havia feito em seu governo, como atacou qualquer outro padrão do passado por meio de reformas de cunho neoliberal. Dentre elas a

privatização de empresas públicas - tanto aquelas criadas desde o período da Frente Popular quanto aquelas estatizadas pela Unidade Popular, depois de 1970-, bem como dos serviços de saúde e previdência social, além de medidas relativas à abertura comercial, ao estímulo às exportações e à supressão do controle de preços, etc. Com as reformas econômicas que o regime autoritário passou a implementar acabou se impondo, em termos mais estruturais, a chamada *alternativa global* desenhada pela direita chilena desde meados dos anos sessenta. Essa se contrapunha - como, aliás, também o fizeram tanto a “revolução em liberdade” expressa pelo democrata cristão Eduardo Frei como a política a Unidade Popular no governo de Allende - ao ciclo inaugural da revolução passiva chilena, que teve seu desenvolvimento acionado a partir da vitória da

Frente Popular em 1938 e um efetivo desdobramento durante os governos comandados pelo Partido Radical, até 1952 (AGGIO, 2002, p. 174).

A revolução política foi marcada pela fusão de dois partidos, o Conservador e o Liberal, e o aumento da voz do *gremialismo*, movimento estudantil de direita, surgido ainda na época de Allende que valorizava a mobilização social, mas com o objetivo de despolitizar e desmobilizar a sociedade para proporcionar à direita uma base popular, apoiando Pinochet para implementar a nova Constituição de 1980. Winn explica que

[...] a Constituição de 1980 de Pinochet criou uma “democracia protegida”- protegida pelas Forças Armadas e seu próprio povo e de suas escolas democráticas. Os direitos civis eram limitados pelas exigências de segurança nacional, e as Forças Armadas foram transformadas nos árbitros da segurança nacional. Nessa democracia tutelar os militares seriam envolvidos tanto em funções administrativas quanto legislativas. As Forças Armadas controlavam o poderoso Conselho de Segurança Nacional, participavam dos Conselhos de Desenvolvimento Regional que indicavam os prefeitos locais e designavam ex-comandantes como candidatos ao Senado. Na verdade, a Constituição legitimava a permanente militarização da política chilena [...] A nova Constituição foi “ratificada” por um referendo nacional deturpado pelo medo e pela fraude, mas que permitiu a Pinochet e seus partidários reivindicar legitimidade à sua “revolução” (WINN, 2010, p. 194).

Apesar das seguidas vitórias de Pinochet no começo da década de 1980, como a votação a favor da nova Constituição e o crescimento econômico, logo em 1981 a economia neoliberal começou a ruir e o governo enfrentou protestos vindos principalmente dos jovens, além da reorganização dos movimentos de esquerda, inclusive a armada como o MIR. Aggio explica que

[..] Ao final de 1986, tornou-se absolutamente clara a impossibilidade de se derrubar a ditadura quer pela via armada quer pela via da luta social de massas que havia mobilizado ativamente diversos setores sociais nos três anos anteriores, especialmente os setores populares. A derrota do regime autoritário deveria ser perseguida pela via política (AGGIO, 2010, p. 175- 176).

Essa alternativa ganhou forma no curioso plebiscito de 1988 onde o único candidato à presidência seria Pinochet. Plebiscitou-se também, com votos de sim ou não, se ele deveria governar o país por mais oito anos. Neste contexto, os Estados Unidos se envolveram mais uma vez na política chilena: com medo de outra experiência como a Unidade Popular, o governo de Ronald Regan estimulou a

transição à democracia apoiando a *Concertación*, aliança de centro-esquerda. Winn explica que

[...] Em troca de a *Concertación* contestar o plebiscito, os Estados Unidos conseguiram de Pinochet um campo de ação mais nivelado, incluindo igual acesso à televisão, o retorno de exilados políticos e um fim da censura, e forneceu à oposição uma rede de computadores que poderia realizar uma contagem de votos paralela, além das garantias oferecidas pela presença de milhares de observadores internacionais (WINN, 2010, p. 199-200).

O plebiscito realizado em cinco de outubro de 1988 freou as pretensões de Pinochet de permanecer como chefe de estado até 1998. Confiando que a população chilena votaria a favor de sua estadia no poder, e ignorando todo o descontentamento existente, convocou um plebiscito para formalizar o prolongamento do seu mandato ilegítimo e imposto a custo de muito sangue, mas filas enormes se formaram para a votação histórica. O ditador assim foi derrotado com 56% dos votos contra 44%, contudo, não sairia tão facilmente da cena política, uma vez que seguindo o cronograma imposto pelo próprio Pinochet ele ainda governaria por mais um ano e meio.

1.3 Redemocratização e justiça de transição

Em onze de março de 1990 o Chile finalmente se viu livre do regime opressivo do ditador Augusto Pinochet, o qual desde o golpe de 1973 havia se instalado como chefe de Estado, configurando um dos mais longos períodos de exceção do Cone Sul. A derrota de Pinochet no plebiscito de 1988 iniciou o processo de transição para a democracia e, segundo o sociólogo Manuel Antonio Garretón,

[...] a derrota política sofrida por Augusto Pinochet e pelo regime militar no plebiscito de 5 de outubro teve um duplo significado. Por um lado, pôs fim à pretensão de projetar a ditadura através de um regime autoritário como o previsto pela Constituição de 80 e o projeto de Augusto Pinochet de manter-se no poder para assegurar essa passagem da ditadura militar para o regime autoritário. Por outro lado, desencadeou um processo de transição para a democracia, que se desenvolve dentro de prazos e através de mecanismos estabelecidos pelo regime mas modificados em parte pela oposição, e por ela alterados substancialmente em seu significado [...] (GARRETON, 1992, p.63-64).

Deste modo, o início do processo de redemocratização no Chile se deu em termos de uma transição consensual, com a ajuda das Forças Armadas e garantias

aos militares para que a retomada do poder pelos civis fosse bem-sucedida. Garretón ainda lembra que a reabertura não pode ser considerada completamente terminada assim que se instaura o novo governo democrático, ela será um longo processo que herdou vários vícios e enclaves autoritários do antigo regime militar.

No caso chileno foram três tipos de enclaves autoritários: o institucional, no qual elementos normativos, constitucionais e legislativos impedem o governo das maiorias (ex: presença de membros das Forças Armadas na política); o segundo é o enclave ético-simbólico, que representa o efeito continuado das violações dos direitos humanos em sociedades que passaram por uma ditadura militar ou guerra civil. No Chile, esse enclave pode ser percebido na lei de Anistia de 1978 e na dificuldade de se fazer justiça. O terceiro e último, é o enclave na dimensão dos sujeitos políticos, quando atores sociais tentam adequar um regime democrático às doutrinas de uma ditadura anterior, imbuindo reminiscências do passado ao novo governo, às vezes o confrontando por meios legais ou não (AGGIO, 2002, p. 177-178).

Deste modo, apesar do inicial impulso de normalização institucional, o Chile teve dificuldades de avançar neste processo e aprofundar a experiência democrática, uma vez que a transição se deu sob condições negociadas pelo regime autoritário. Podemos perceber quais foram as dificuldades do país logo no princípio do governo de Patricio Aylwin, primeiro presidente eleito democraticamente desde 1973 e que fazia parte da *Concertación de Partidos por la Democracia*. No início de seu mandato, Aylwin enfrentou vários desafios, como consolidar a recém-conquistada democracia e lidar com os inúmeros casos de violação sistemática dos direitos humanos cometidos por agentes do Estado durante a ditadura.

Devido à fragilidade da democracia naquele contexto, foi difícil equilibrar as demandas que se impunham, a saber, fazer justiça às vítimas da ditadura e penalizar aqueles que violaram direitos humanos, isso tudo sem descontentar as Forças Armadas que voltavam aos quartéis. Para que isso pudesse acontecer se recorreu à chamada justiça transicional, um conjunto de mecanismos aplicados a países e sociedades que passaram por períodos de conflito interno como guerra civil, ditadura, conflito religioso e outros. Na América Latina, a justiça transicional foi empregada no fim dos regimes autoritários iniciados nos anos 1960, um período marcado pela violência e violação em massa dos direitos humanos.

No dicionário de Direitos Humanos encontramos a definição de justiça de transição como um

[...] conjunto de abordagens, mecanismos (judiciais e não judiciais) e estratégias para enfrentar o legado de violência em massa do passado, para atribuir responsabilidades, para exigir a efetividade do direito à memória e à verdade, para fortalecer as instituições com valores democráticos e garantir a não repetição das atrocidades (Conforme documento produzido pelo Conselho de Segurança da ONU - UN Security Council- *The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies. Report Secretary- General S/2004/616*). Sob a ótica da necessidade de reparação das vítimas e atendimento de suas expectativas, a justiça de transição foi diretamente influenciada pela atuação das organizações defensoras dos direitos humanos e pela normativa internacional (legislação de direitos humanos e legislação humanitária). Influenciada pelas experiências que se desenvolveram após a segunda metade do século XX em diversos Estados, a concepção de justiça de transição como um novo campo multidisciplinar baseado nos pilares de justiça, verdade, reparação e reformulação das instituições é consolidada no final dos anos 80 e princípio dos anos 90 como resposta às mudanças políticas e às demandas por justiça e verdade em países latinoamericanos e da Europa oriental (SOARES, 2010).

Paul van Zyl, secretário executivo da *Truth and Reconciliation Commission* formada na África do Sul pós-apartheid, apresenta uma definição bem parecida com a do Dicionário dos Direitos Humanos sobre justiça de transição. Em sua opinião, a justiça transicional é uma maneira de construir a paz democrática após um longo período de violência sistemática que tem como objetivos processar aqueles que cometeram crimes de lesa-humanidade, revelar a verdade sobre esses crimes, fornecer meios de reparação às vítimas, reformar as instituições criminosas e promover a reconciliação (VAN ZYL, 2011, p. 47). Deste modo, a justiça de transição apresenta dois objetivos bem claros que operam com temporalidades distintas, mas não necessariamente excludentes: olhar para o passado e enfrentar seu caráter violento, e ao mesmo tempo fazer uma projeção para o futuro, almejando a construção de uma sociedade melhor e que trabalhe em conjunto para que essas violações não voltem a se repetir.

Como já dito, lidar com a memória de um passado violento e a projeção de um futuro democrático não são dois projetos excludentes para a justiça transicional, mas no caso específico do Chile, devido à fragilidade política vivida pelo país e a descrença na rápida consolidação da democracia, o governo de Aylwin optou por dar mais ênfase ao projeto de um futuro democrático. Deste modo

[...] o governo civil, por um lado, tinha que desenvolver um equilíbrio delicado entre os professados princípios de centralidade dos direitos humanos e por outro a recusa total por parte dos militares (liderados por Pinochet) em abordar assuntos protegidos pela Lei de Anistia. Essa posição dos antigos detentores do poder, associada à força de bloqueio parlamentar dos partidos de direita e dos senadores nomeados, impôs a necessidade de moderação política da mais explosiva questão pendente, o legado de violações dos direitos humanos (RONIGER; SZNAJDER, 2004, p.109).

Destarte, o governo propôs um projeto de reconciliação entre vítimas e algozes, ao invés de um processo de justiça que poderia custar a frágil democracia chilena. A criação da Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação, também conhecida por Comissão Rettig, foi criada nos primeiros meses de 1990 para esclarecer as mortes e desaparecimentos ocorridos durante a ditadura e funcionou segundo a lógica da “justiça dentro do possível”, como a chamaram o presidente Aylwin e um dos membros da comissão, José Zalaquett. O objetivo da comissão estava no Artigo 1º do seu decreto:

Créase una Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación que tendrá como objeto contribuir al esclarecimiento global de la verdad sobre las más graves violaciones a los derechos humanos cometidas en los últimos años, sea en el país o en el extranjero, si estas últimas tienen relación con el Estado de Chile o con la vida política nacional, con el fin de colaborar a la reconciliación de todos los chilenos y sin perjuicio de los procedimientos judiciales a que puedan dar lugar tales hechos.

Para estos efectos se entenderá por graves violaciones las situaciones de detenidos desaparecidos, ejecutados y torturados con resultado de muerte, en que aparezca comprometida la responsabilidad moral del Estado por actos de sus agentes o de personas a su servicio, como asimismo los secuestros y los atentados contra la vida de personas cometidos por particulares bajo pretextos políticos (CHILE, 1990, p.2).

O já mencionado integrante da Comissão Rettig, José Zalaquett, defendia a ideia de que, para alcançar a reconstrução de uma ordem justa, era preciso adotar medidas específicas para cada tipo de situação. Deste modo, para o caso do Chile, foi analisado até que ponto seria viável usar medidas punitivas ou outras, como a reconciliação, chegando à conclusão que revelar a verdade sobre crimes do passado eventualmente levaria à punição de culpados e, se isso não fosse possível, pelo menos haveria uma reconciliação entre vítimas e algozes. Em entrevista a Naomi Roth-Arriaza, Zalaquett afirma que apesar da justiça penal ser um clamor

popular, às vezes ela pode ser inviável em uma sociedade que acaba de sair de um período de repressão. Para ele

Quando alguém pensa em como enfrentar as violações de direitos humanos como parte do processo de construção ou reconstrução moral, o primeiro modelo que vem à mente, naturalmente, é o da justiça penal. Afinal, trata-se de crimes atrozes e, em sua maioria, massivos. Porém, este modelo está desenhado para fazer cumprir uma ordem justa que já existe, e não, necessariamente, para reconstruir uma depois de um período de destruição, [...] o julgamento das violações de direitos humanos é um dos principais elementos a ser considerado no desenho de políticas durante um período de transição (ARRIAZA, 2011, p.173-174).

Assim sendo, o governo Aylwin optou por medidas de caráter simbólico que visavam reforçar o papel da memória coletiva, contribuindo para que práticas repressivas não ocorressem novamente (DAUER, 2015, p. 9). Porém, a Comissão Rettig ainda é alvo de críticas, como a da professora de Direitos Humanos, Jo-Marie Burt

[...] temendo uma reação militar, o governo de Aylwin não contestou a lei de anistia de 1978, decretada sob o governo de Pinochet para impedir punição pelos piores crimes da ditadura. A Comissão Rettig, como é conhecida, investigou execuções extrajudiciais, desaparecimentos e casos de tortura que levaram à morte (mas não tortura por si só). Produziu um relatório documentando a morte e o desaparecimento de cerca de 3.000 cidadãos chilenos e recomendou a implementação de reparações monetárias e simbólicas para os sobreviventes da ditadura. A impunidade, entretanto, permaneceu intacta. Embora houvesse julgamentos investigando casos de desaparecimentos forçados e assassinato, a lei de anistia era rotineiramente aplicada, protegendo os criminosos da punição efetiva (BURT, 2011, p.318).

O fato é que a Comissão Rettig, apesar de importante no que tange às questões da memória e verdade durante a transição, só pôde ir até certo ponto. Sobre esse tema, Jo-Marie Burt aponta que

[...] o pragmatismo era regra geral em tais democracias em transição, como indica a frase bem conhecida do comissionado, membro da comissão da verdade chilena, José Zalaquett, cuja famosa formulação pedindo aos governantes políticos que buscassem justiça “dentro do possível” alimentou uma construção binária que afirmou que a verdade era uma alternativa aceitável à justiça (BURT, 2011, p.309).

O propósito da punição em sociedades que estão saindo de ditaduras e lutando para estabelecer a democracia não se resume em restaurar o Estado de Direito porque ele protege o sujeito de outros poderes da sociedade. Por respeito às normas que proíbem atos como tortura, assassinatos patrocinados pelo Estado, desaparecimentos e outras violações dos direitos humanos, esses feitos devem ser punidos. A punição desses delitos diz nas entrelinhas que essa sociedade não mais irá tolerar tais violações, que não haverá réus privilegiados e que a situação das vítimas não será esquecida (MÉNDEZ, 2011, p. 219).

Como previsto por Zalaquett, a Comissão da Verdade abriu a possibilidade de instaurar processos judiciais, mesmo com as limitações impostas pela Lei de Anistia. Aprovada pela junta militar em 1978, o decreto lei nº 2191 da anistia explica no seu primeiro artigo que a mesma concede

amnistía a todas las personas que, en calidad de autores, cómplices o encubridores hayan incurrido en hechos delictuosos, durante la vigencia e la situación de Estado de Sitio, comprendida entre el 11 de Septiembre de 1973 y el 10 de Marzo de 1978, siempre que no se encuentren actualmente sometidas a proceso o condenadas (CHILE, 1978, p.1)

Deste modo, a Lei da Anistia poderia ser aplicada a homicídios, sequestros, prisões ilegais e outros delitos, prática recorrente dos militares desde o início do regime militar. Já a parte que se refere àqueles que não estão submetidos a processos e condenações, diz respeito aos presos políticos condenados em tribunais militares e que estavam submetidos a processos ou condenados. É perceptível no texto a tática dos militares para se protegerem de futuras investigações.

Contudo, segundo o Direito Internacional, crimes contra a humanidade não podem ser anistiados, além de a autoanistia ser considerada ilegítima por agir de má-fé. A autoanistia chilena servia para encobrir a verdade, ao invés de revelá-la. Além do mais, durante o regime militar a Suprema Corte coadunou com o regime; assim, após esse período não se dispôs facilmente a reinterpretar a lei de anistia (ARRIAZA, 2011, p. 180-183). Somente em 1998 com a mudança dos integrantes da sala penal da Suprema Corte, é que a jurisprudência a respeito dos casos de presos desaparecidos foi entendida em um contexto mais amplo se configurando como sequestro (PEREIRA, 2011, p. 296).

Como resultado da política de “justiça na medida do possível” iniciado no mandato de Aylwin e continuada por seu sucessor Eduardo Frei Ruiz-Tagle, as condenações de agentes que mataram e torturam durante o regime militar foram muito poucas. O caso mais conhecido é o do braço direito de Pinochet entre os anos de 1973 e 1978, Manuel Contreras Sepúlveda, chefe da DINA, diretor de um campo de concentração e que liderou por ordem de Pinochet caçadas internacionais a opositores do regime militar. O mesmo também foi o principal articulador do atentado que em 1976 matou o embaixador chileno Orlando Letelier e sua assistente Ronnie Moffit, em Washington. A condenação de Contreras em 1993 só foi levada adiante por causa da pressão dos Estados Unidos.

A prisão Punta Peuco onde Contreras ingressou em 1995 também é alvo de fortes críticas. O presídio, criado em 1995 durante o governo de Eduardo Frei Ruiz-Tagle, é um centro de detenção feito especialmente para militares e agentes do Estado envolvidos na violação de direitos humanos durante a ditadura; note-se que é administrado também por militares. Em 2012 veio à tona um informe sobre as condições em que viviam os presos de Punta Peuco, o qual revelou que os mesmos desfrutavam de vários privilégios como piscina, acesso à internet, telefone e celas individuais.

Cabe ainda ressaltar que a justiça transicional no Chile falhou em um dos seus aspectos mais importantes, qual seja, a remoção dos violadores de direitos humanos dos cargos políticos. Pinochet ocupou até 2002 o posto de senador vitalício (criado por ele mesmo), quando renunciou por causa de problemas de saúde e as constantes denúncias de violação dos direitos humanos. Paul Van Zyl afirma que

[...] a presença em altos cargos governamentais de pessoas direta ou indiretamente responsáveis das violações generalizadas ou sistemáticas de direitos humanos constitui um fator de predição a respeito do ressurgimento ou a continuação do conflito. Ao contrário, a remoção das mencionadas pessoas de seus cargos pode ser de aporte vital para a construção da paz pós- conflito (VAN ZYL, 2011, p.57-58).

Outro exemplo é o de Cristián Labbé, prefeito do município de Providencia por dezesseis anos, de 1996 até 2012. Labbé foi um conhecido agente da DINA, ministro secretário do regime militar entre 1989 e 1990 e nunca foi condenado por nenhum crime. Enquanto Pinochet esteve preso em Londres, Labbé viajou para a

Inglaterra 14 vezes para visitá-lo, e enquanto prefeito quis homenagear outro conhecido agente da DINA, Miguel Krassnoff, vulgo “caballo loco”, que sozinho tem mais de 20 condenações e atualmente cumpre uma pena de 120 anos em Punta Peuco.

Uma das estratégias da justiça de transição para enfrentar o passado violento diz respeito à condenação dos violadores de direitos humanos em escala vertical, de forma que os maiores responsáveis por essas violações são julgados primeiro, sendo feitas as acusações de cima para baixo. Augusto Pinochet não respondeu em vida por nenhum dos crimes contra os cidadãos chilenos. O ditador cumpriu apenas uma pena de prisão domiciliar de 503 dias em Londres quando o juiz espanhol Baltazar Garzón conseguiu sua detenção, acusando-o de ser responsável pelo assassinato de espanhóis durante a ditadura. Em março de 2000, Pinochet foi extraditado para o Chile por pressão da direita e dos militares. A mesma justiça que durante anos se calou ante os pedidos de investigação de vítimas da ditadura e de seus familiares fez vista grossa às mais de 300 queixas contra Pinochet, que morreu em 2006 em sua residência de luxo em um bairro nobre de Santiago.

Antes do mandato de Aylwin chegar ao fim em maio de 1994, alguns militares foram intimados a testemunhar sobre crimes ocorridos anteriormente à 1977, período coberto pela lei de anistia de 1978. Essa intimação levou ao descontentamento dos militares que protestaram com armas em punho e vestidos com indumentárias de campanha em frente ao *La Moneda*. Diante disso, alguns dos ministros de Aylwin chegaram a sugerir que as investigações deveriam ser mais limitadas. Sobre o ocorrido, Arriaza escreve que

[...] Isto teria colocado por terra toda a base moral das políticas de Aylwin. O mais importante era implantar uma política que fosse viável, ainda que fosse menos ambiciosa do que muitos desejassem; e, imediatamente, manter tal posição a fim de oferecer sustentabilidade, continuidade e deixar em posição forte para o próximo governo. Pode ter sido uma política imperfeita, mas era importante que Aylwin não rompesse suas promessas (ARRIAZA, 2001,p. 183).

Aylwin ainda tentou mais um acordo com os militares, propondo reformas legais e acelerando as investigações. Em troca, os militares, não individualmente, mas como uma instituição, reconheceriam que haviam assassinado as pessoas que estavam desaparecidas e dariam informações sobre o paradeiro dos restos mortais,

pondo fim as investigações e dando certo conforto aos familiares dos desaparecidos. Os militares, porém, nunca aceitaram essas condições, jamais reconhecendo seus crimes durante a ditadura.

As investigações penais no Chile só avançaram a partir de agosto de 1999, quando se estabeleceu uma mesa de diálogo entre vários setores da sociedade chilena, incluindo militares, com o objetivo de encontrar as vítimas do regime militar ou pelo menos saber qual foi seu destino. É válido lembrar que a mesa de diálogo ocorreu concomitantemente à prisão de Augusto Pinochet em Londres, o que gerou um complexo debate sobre o tratamento dado aos casos das vítimas da ditadura e sobre a possibilidade da penalização desses crimes.

O resultado da mesa de diálogos veio à tona em janeiro de 2001. Os militares apresentaram qual foi o destino de 200 vítimas, sendo 180 identificadas. O então presidente Ricardo Lagos entregou essas informações à Suprema Corte e solicitou um reforço às instâncias judiciais para atender à demanda dessas vítimas e seus familiares. Com as diligências feitas por Lagos, as investigações conseguiram avançar muito e melhorar qualitativamente, reabrindo-se processos, ampliando-se nomeações e, no ano de 2005, reorganizando este trabalho e facultando às Cortes de Apelação das regiões para designar ministros investigadores.

Outro empreendimento importante do presidente Ricardo Lagos foi a criação da Comissão Valech em 2003, também conhecida por Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura. A Comissão Valech surgiu após uma longa demanda da sociedade chilena por investigações que abrangessem a prisão política e a tortura durante a ditadura, uma vez que a iniciativa anterior, a Comissão Rettig, dizia respeito somente à mortes e desaparecimentos.

A eleição da presidente Michelle Bachelet em 2006 abriu um importante caminho para as investigações e julgamentos das violações de direitos humanos. Filha de Alberto Bachelet, membro das Forças Armadas Chilenas e apoiador do governo da Unidade Popular que morreu nos porões da ditadura, ela também foi torturada nas mãos dos militares na Villa Grimaldi, conhecido local de tortura. Mesmo que seu governo não fosse abertamente favorável aos julgamentos como uma política de Estado, promoveu uma agenda de responsabilização mais ativa do que os presidentes anteriores.

Em seu primeiro mandato, Bachelet reabriu a Comissão Valech, agora intitulada Valech 2, a qual registrou a existência de 9.795 novas vítimas de prisão política e tortura durante a ditadura. Informações sobre a Comissão Rettig e Valech 2 estão à disposição dos tribunais, ao contrário da Comissão Valech, organizada no governo de Lagos, que prescreve um prazo de 50 anos para a liberação dos relatos e nomes das vítimas.

Em 2011, a Suprema Corte abriu um processo penal de 700 casos, que até então estavam paralisados, inclusive uma averiguação para estabelecer a causa da morte do ex-presidente Salvador Allende. De fato, os tribunais de justiça estavam dispostos a investigar e estabelecer sanções penais aos responsáveis, porém, a Suprema Corte agiu de maneira errática na hora de aplicar as mesmas (PEREIRA, 2011, p. 299).

Desde 2014, a então presidente do Chile, Michelle Bachelet, pretende derrubar a lei de Anistia. Em um pronunciamento em 11 de setembro de 2014, ao lembrar o 41º aniversário do golpe de 1973, Bachelet disse que "[...] muchos han muerto a la espera de la justicia, muchos han muerto guardando silencio. Basta ya de esperas dolorosas y de silencios injustificados. [...] es el momento de hermanarnos en la verdad." (MARENGO, 2016). A fala da presidente é importante, pois de maneira simbólica oferece conforto aos que sobreviveram à ditadura pinochetista ao saber que criminosos do período não terão uma lei especial que os protejam do alcance da justiça. Apesar de esse pronunciamento ter causado um efeito positivo, até a data de conclusão desse trabalho a Lei da anistia continua sendo debatida no congresso chileno.

O Chile percorreu um longo caminho de negociações e concessões até chegar ao ponto onde se pode debater a validade da anistia de 1978. Por mais que pareça que o país tenha avançado muito no que diz respeito à punição por crimes ocorridos na ditadura, principalmente em comparação aos outros países do Cone Sul, como o Brasil, por exemplo, a justiça chegou tardiamente. Segundo o relatório de 2015 do Programa de Derechos Humanos, 1.373 de ex-agentes estão sendo processados, acusados e condenados; destes, 163 receberam uma condenação de prisão efetiva e 117 estão encarcerados.

CAPÍTULO II. Epílogo para os monstros: La literatura nazi en America e Estrella distante

2.1. Roberto Bolaño: poeta e vagabundo

Roberto Bolaño Ávalos nasceu em 1953 em Santiago no Chile, porém, nunca morou nessa cidade, residindo durante a infância em Valparaíso, Viña Del Mar e Los Angeles. Filho de ilustres analfabetos, como costumava pontuar em entrevistas, a família de Bolaño se mudou para o México em 1968 quando ele tinha apenas quinze anos. A mudança de país coincidiu com o fatídico episódio do Massacre de Tlatelolco, quando estudantes que protestavam na *Plaza de las Tres Culturas* foram alvejados pelo exército e polícia. Tal evento seria mais tarde narrado por Bolaño em seu livro *Amuleto*, de 1999. A vivência em países autoritários marcou profundamente o autor, que morou no Chile pinochetista e na Espanha da transição no final dos anos 1970.

Foi no México que Bolaño despertou seu apetite por literatura. Frequentador assíduo de bibliotecas e ladrão ocasional de livrarias – era leitor voraz de literatura policial, clássica e ficção científica –, mas curiosamente nunca chegou a terminar os estudos do secundário, preferindo se dedicar à escrita e à leitura, pois ao mesmo tempo trabalhava em jornais pequenos e como vendedor de rua. A estadia no México posteriormente influenciou sua escrita, principalmente no livro *Os detetives selvagens*, de 1998, no qual o México acaba se tornando um tema importante do romance. O mesmo ocorre com seu livro póstumo *2666*, de 2004, em que Bolaño retratou a cidade mexicana de Ciudad Juárez, no livro nomeada como Santa Tereza, famosa por ser uma das localidades mais violentas do mundo, com altos índices de feminicídio e violência entre cartéis de drogas que brigam pelo controle da fronteira México-Estados Unidos.

Em 1973, então com vinte anos e influenciado pela geração *beatnik*, Bolaño decidiu deixar o México para voltar a seu país natal, se engajando na construção do socialismo, projeto embalado pela Unidade Popular de Salvador Allende. O regresso aconteceu numa viagem feita basicamente de carona do México até o Chile, onde chegou em agosto de 1973, poucas semanas antes do golpe militar que varreria a democracia do país por quase dezessete anos. Bolaño visitou parentes e amigos de infância, segundo o próprio escritor chegou até mesmo a fazer uma vigília armada

no bairro em que estava morando quando aconteceu o golpe, mas, em suas palavras, “ninguém veio, nada aconteceu”. Pela segunda vez na vida Bolaño testemunhava a ação de um governo autoritário.

Em novembro do mesmo ano, quando ia de ônibus visitar um amigo em Concepción, foi preso acusado de ser um terrorista estrangeiro devido a seu sotaque mexicano. Ficou oito dias detido em um lugar desconhecido, e em entrevistas revelou que só passou frio e fome, enquanto ouvia os gritos de outros presos sendo torturados. Só foi solto por causa de uma coincidência ao encontrar um amigo de infância que era *carabineiro* e estava passando pelo local onde estava encarcerado. Depois dessa experiência, decidiu sair do Chile, só retornando em 1998 para ser jurado de uma premiação literária.

Ao deixar seu país, Bolaño se tornou um “mochileiro” da revolução, passando por El Salvador, onde conheceu o poeta Roque Dalton e os membros da FMLN - *Frente Farabundo Martí para Liberación Nacional*, depois regressando ao México, onde ficou até 1977. No México, conheceu seus melhores amigos, Mario Santiago Papasquiari e Bruno Montané, que inspiraram os personagens Ulises Lima e Felipe Muller de *Os detetives selvagens*. Junto com os amigos, Bolaño fundou o movimento infrarrealista, que contestava os representantes do cânone literário mexicano.

Em 1977, Roberto Bolaño se mudou para a Espanha, outro país profundamente marcado por uma longa ditadura, a de Francisco Franco, e que desde a morte do “Generalíssimo” em 1975 passava por um processo de transição. Vale dizer que, no mesmo ano em que Bolaño se instala na Espanha, aconteceu a primeira eleição democrática desde a guerra civil. No exílio europeu continuou escrevendo poesia, sua grande paixão (durante seus primeiros anos na Espanha entregava cartões com o seguinte escrito: Roberto Bolaño: poeta e vagabundo), e trabalhando em empregos informais. Em 1990, quando nasceu seu primeiro filho, Lautaro (o nome de Lautaro lembra a terra natal de Bolaño e foi dado em homenagem ao famoso líder mapuche que lutou na Guerra de Arauco), decidiu começar a escrever narrativas ao invés de poesia, pensando que a prosa poderia ser uma fonte de renda melhor para prover sua família. Em 1992, descobriu uma doença no fígado, com a qual conviveria até a sua morte.

Até 1996 Bolaño tinha então escrito três livros – *Consejos de un discípulo de Morrison a un fanático de Joyce*, *La senda de los elefantes* (republicado depois

como *Monsieur Pain*) e *La pista de hielo*. Em 1996 publicou *La literatura nazi en América*, uma espécie de enciclopédia fictícia sobre escritores de extrema-direita da América e *Estrella distante*. O enredo de *Estrella distante* é uma narrativa estendida de um dos verbetes presentes em *La literatura nazi*, que discorre sobre a vida do poeta e assassino Alberto Ruiz-Tagle/Carlos Wieder. Ambos os livros tiveram uma boa recepção por parte do público e crítica.

Após anos escrevendo, o reconhecimento só chegou para Bolaño quando publicou em 1998 *Os detetives selvagens*, livro com o qual ganhou o prêmio Rómulo Gallegos. A partir daí foi convidado a escrever colunas para jornais, além de dar conferências. Assim como em *Estrella distante*, um dos principais personagens de *Os detetives selvagens* é seu alter ego Arturo Belano (Arturo é uma homenagem a um dos seus poetas favoritos Arthur Rimbaud), um exilado chileno. Apesar de escrever sobre jovens revolucionários apaixonados por literatura e pela vida boemia, Bolaño há muito já havia se afastado das noites de bebedeira e poesia da sua juventude, era agora um pai de família que diariamente levava e buscava seu filho na escola. Em julho de 2003, quando o reconhecimento por sua obra chegava tardiamente, a doença no fígado finalmente consumiu Bolaño. O último livro que escreveu, *2666*, lançado postumamente, foi um fenômeno literário internacional, colocando seu nome entre os melhores escritores latino-americanos do século XX.

Bolaño deixou, segundo sua família, um baú cheio de escritos inacabados que atualmente estão sendo selecionados por uma equipe de especialistas em sua obra; o seu último livro póstumo lançado foi *El espíritu de la ciencia ficción*, escrito em meados dos anos de 1980 e que traz temas recorrentes em seus livros como a poesia, juventude, amizade e literatura.

2.2. La literatura nazi en America e Estrella distante

Publicado em 1996, *La literatura nazi en America* é uma enciclopédia fictícia composta por verbetes que narram biografias de escritores americanos de extrema-direita; são homens e mulheres que exercem o ofício literário como profissão ou passatempo, dos mais variados estilos literários. Inclusive, um dos verbetes é sobre Amado Couto, escritor de romances policiais e integrante dos “Esquadrões da Morte”, que Bolaño define como torturadores e assassinos da ditadura. Couto também é admirador de Rubem Fonseca, o qual figura nessa passagem do livro

como alguém que corroborou com a ditadura em nosso país. Como de costume nos livros de Bolaño, essa passagem, apesar de fictícia, é baseada em fatos, uma vez que é sabido que Rubem Fonseca contribuiu ativamente com o IPÊS (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) que visava desestabilizar o governo de João Goulart⁵.

Em várias passagens podemos perceber a maestria de Bolaño ao incorporar eventos do mundo real à narrativa fictícia e sua atenção principalmente a acontecimentos de sua terra natal. No verbete sobre o poeta Willy Schurholz, o escritor o apresenta como sendo integrante da Colônia Renacer, uma comunidade formada somente por alemães e fechada para o mundo externo. Sobre o funcionamento da colônia, Bolaño escreve:

Trabalhava-se comunalmente e de sol a sol. Não contravam camponeses, não subarrendavam parcelas. Superficialmente teriam podido passar por uma das muitas seitas protestantes alemãs que imigraram para a América fugindo da intolerância e do serviço militar. Mas não eram uma seita religiosa e a sua chegada ao Chile coincidiu com o fim da Segunda Guerra Mundial (BOLAÑO, p. 93, 2010).

Ora, é sabido que perto de Parral, no Chile, desde 1961 até 2007, existiu a denominada *Colônia Dignidad*, uma comunidade alemã com traços de seita nazista fundada e comandada por Paul Schafer, ex-militar nazista. Schafer, além de conhecido pedófilo, isso mesmo quando vivia na Alemanha e molestou crianças que estavam sob seus cuidados em um orfanato, colaborou com a ditadura militar chilena ao ceder na colônia espaços para tortura e assassinatos de presos políticos do regime.

Apesar da fama de não manter contato com o mundo exterior, a *Colônia Dignidad* cooperou ativamente com o regime de Pinochet, e testemunhas que fugiram do lugar contam que a sede era visitada por Manuel Contreras, chefe da DINA e seus agentes, e até mesmo por Pinochet e seus familiares. Talvez essa estreita aliança seja a chave para desvendar os longos anos de impunidade para Schafer e seus colaboradores. Bolaño, sobre a Colônia Renacer citada em seu livro, escreve que “Depois do golpe de Estado de 1973, a Colônia deixou de ser notícia” (2010, p. 93).

⁵ Disponível em <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0057.pdf>. Acesso em 04 de abril 2017.

Assim como os crimes de lesa-humanidade ocorridos durante a ditadura, os crimes da *Colônia Dignidad* começaram a ser investigados somente no mandato de Patricio Aylwin. Schafer foi preso somente em 2005 e morreu em 2010 numa prisão de Santiago; em 2018 o governo alemão abriu os arquivos referentes à *Colônia Dignidad*, esperando contribuir para o esclarecimento e reparação, uma vez que a embaixada alemã no Chile tinha conhecimento das atividades de Schafer.

No verbete sobre Willy Schurholz, o leitor é apresentado pela primeira vez a Ramirez Hoffman, um possível mestre de Schurholz. Mais adiante, Bolaño desvenda em um dos capítulos mais longos do livro quem é Hoffman, poeta e assassino que, após o golpe de 1973, revela ser na verdade piloto da FACH (*Fuerza Aérea de Chile*) e que escreve poesia aérea com seu avião *Messerschmitt*. Bolaño, que é narrador-personagem nesse enredo, acompanha a trajetória Hoffman após conhecê-lo em uma oficina de poesia no Chile, e anos depois, após já ter se estabelecido na Espanha por conta do exílio forçado, é levado a relembrar os dias de horror ditatorial ao mesmo tempo em que confronta sua vida de exilado que há mais de vinte anos não retorna à terra natal.

Em *Estrella distante*, Bolaño estende a história de Hoffman iniciada em *La literatura nazi en America*, mudando os nomes de todos os personagens, incluindo o de Hoffman, transformado em Alberto Ruiz-Tagle/Carlos Wieder e adota um alter ego chamado Arturo Belano, o qual irá reaparecer em outros livros, às vezes se denominando B. ou Arturo B. A história de *Estrella distante* percorre mais de vinte anos da trajetória de seu narrador, começando um pouco antes do golpe militar no Chile em 1973 até a Espanha dos anos de 1990. Entrelaça acontecimentos históricos como o golpe e o modo como Belano entrou em contato com Wieder em uma oficina de poesia, e seu posicionamento em relação à descoberta de que Wieder é um assassino. Mais do que tudo, o livro conta a história de uma geração que enfrentou a morte, tortura e exílio impostos por um regime autoritário e questiona ainda o que foi feito com os criminosos que corroboraram com a ditadura pinochetista.

Apesar de fictícia, a trama de *Estrella distante* foi desenvolvida a partir de uma história contada por um amigo de Bolaño, Jaime Rivera, também um exilado chileno vivendo na Espanha. Rivera conta que, ainda no Chile, conheceu um ex soldado e pintor fascista que frequentou suas aulas de artes plásticas até um ano

após o golpe de 1973. Tal pintor convidou algumas pessoas para uma exposição que ele havia organizado em um quarto de seu apartamento; a amostra consistia em pinturas de pessoas assassinadas fruto de sua imaginação.

Ignácio Lopez-Calvo, professor da University of California-Merced, em seu livro *Written in exile: Chilean fiction 1973-presente*, divide a literatura chilena do exílio em três ciclos narrativos: as primeiras manifestações literárias após o golpe de 1973 são testemunhos escritos por pessoas que normalmente não estavam ligadas ao meio literário, mas que após o golpe utilizaram a escrita como um espaço de denúncia contra os mandos e desmandos da ditadura. São escritos de certo modo maniqueístas e que utilizaram uma linguagem direta e de caráter de denúncia.

O segundo ciclo diz respeito às narrativas de libertação, influenciadas pelo pensamento de libertação em voga na América Latina nos anos 1960 e 1970. Compostas com uma linguagem mais literária e em forma de ficção, esses escritos mostram as situações de injustiça às quais chilenos estão submetidos, a opressão, perseguição, exploração e quais foram as causas do golpe de 1973.

O terceiro e último é chamado por Lopez-Calvo de novela desmistificadora. Essa produção irá problematizar não só o golpe de 1973, como também a parcela de culpa da esquerda chilena em não frear o movimento contrarrevolucionário, incluindo a desmistificação da figura de Salvador Allende. Segundo Lopez-Calvo, Roberto Bolaño se encaixa nesse terceiro ciclo da narrativa de exílio. Talvez por causa do seu viés existencialista, o escritor chileno não só critica os crimes ocorridos durante a ditadura, mas também a malfadada revolução pacífica socialista de Allende, questionando porque as revoluções da América Latina também foram responsáveis por matar toda uma geração. Bolaño escreve a partir de sua memória pessoal, mas também usa a história e a memória coletiva transformando a matéria da vida em ficção. É pertinente lembrar que ele faz parte de uma geração de jovens latino-americanos que não tinham voz devido aos regimes autoritários, jovens que foram perseguidos, torturados e mortos; essa tragédia da América Latina marcou profundamente sua vida.

Quando recebeu o prêmio Romulo Gallegos em 1999, Bolaño foi convidado a discursar, alegando, a respeito de sua obra:

[...] en gran medida todo lo que he escrito es una carta de amor o de despedida a mi propia generación, los que nacimos en la década del cincuenta y los que escogimos en un momento dado el ejercicio de la

milicia, en este caso sería más correcto decir la militancia, y entregamos lo poco que teníamos, lo mucho que teníamos, que era nuestra juventud, a una causa que creímos la más generosa de las causas del mundo y que en cierta forma lo era, pero que en la realidad no lo era. De más está decir que luchamos a brazo partido, pero tuvimos jefes corruptos, líderes cobardes, un aparato de propaganda que era peor que una leprosería, luchamos por partidos que de haber vencido nos habrían enviado de inmediato a un campo de trabajos forzados, luchamos y pusimos toda nuestra generosidad en un ideal que hacía más de cincuenta años que estaba muerto, y algunos lo sabíamos, y cómo no lo íbamos a saber si habíamos leído a Trotski o éramos trotskistas, pero igual lo hicimos, porque fuimos estúpidos y generosos, como son los jóvenes, que todo lo entregan y no piden nada a cambio, y ahora de esos jóvenes ya no queda nada, los que no murieron en Bolivia murieron en Argentina o en Perú, y los que sobrevivieron se fueron a morir a Chile o a México, y a los que no mataron allí los mataron después en Nicaragua, en Colombia, en El Salvador. Toda Latinoamérica está sembrada con los huesos de estos jóvenes olvidados. (BOLAÑO, 2006, p. 146).

A violência, tema recorrente na obra de Bolaño, se projeta para dentro da trama de *Estrella distante* a partir do momento em que a verdadeira identidade de Alberto Ruiz-Tagle, até então um poeta calado que frequenta as mesmas oficinas de poesia que Arturo Belano, é revelada: “[...] algunas horas mais tarde, Alberto Ruiz-Tagle, embora eu já devesse começar a chamá-lo de Carlos Wieder, se levanta” (BOLANO, 2009, p. 28). Assim que Wieder se levanta, traz consigo uma onda de brutalidade e mortes que não cessa mesmo após o fim da ditadura. Bolaño define da seguinte forma a violência que se esgueira para o enredo de seus livros: “[...] eso es lo peor de la violencia. Una presencia que se acerca. Después ya no hay violencia. Hay dolor, hay vejación, hay valor o hay muerte o todo junto, incluso en ocasiones hay liberación, pero ya no violencia”⁶.

No contexto da ditadura a crueldade imperou no Chile, e o personagem Ruiz-Tagle/ Wieder, para Bolaño, é a encarnação do mal absoluto que assombra o mundo. São bem conhecidas as violações dos direitos humanos ocorridas nos quase dezessete anos de regime militar, e segundo dados da organização de Direitos Humanos do Chile, durante esse período um total de 3.216 pessoas foram dadas como mortas ou desaparecidas, os torturados e sobreviventes de prisão política somam 40.000.

⁶ Disponível em http://archivo.lavoz.com.ar/2001/1226/suplementos/cultura/nota73286_1.htm. Acesso em 04 abr. 2017

Ruiz-Tagle/Wieder protagoniza uma das passagens mais emblemáticas do livro. Após o golpe, quando já era famoso em Santiago por escrever poesia no céu da cidade com a fumaça de seu avião, marca uma exposição com suas fotografias na casa de um conhecido. No fim das contas, as imagens expostas eram das torturas e assassinatos por ele próprio cometidos. Cerca de quinze pessoas veem as fotos, mas no melhor estilo Pinochet de ocultar evidências, todas elas são destruídas e as testemunhas se calam ante a grotesca exibição fotográfica. A partir desse momento, Wieder, além de poeta famoso, também se mostra ao leitor como um notório assassino da ditadura. Nunca sabemos a verdadeira motivação dessas mortes, se foram crimes motivados por questões de gênero, inveja intelectual ou abuso de poder. Num trecho de *Estrella distante* lemos:

[...] Segundo Muñoz Cano, em algumas das fotos ele reconheceu as irmãs Garmenia e outros desaparecidos. Eram, na maioria, mulheres. O cenário das fotos quase não variava de uma para outra, deduzindo-se, daí, que todas foram feitas no mesmo lugar. As mulheres parecem manequins, em alguns casos manequins sem membros, destroçados, embora Muñoz Cano não descarte que em cerca de trinta por cento dos casos elas ainda estivessem vivas no momento da realização das fotos. (BOLAÑO, 2009, p.88).

Bolaño também destina críticas ao processo de redemocratização do Chile. Apesar de já estar morando fora do seu país natal há muitos anos, é sabido que sempre esteve em contato com outros chilenos exilados. Uma pista contida em *Estrella distante* e que mostra como o autor estava atento ao que vinha acontecendo em seu país, pode ser o próprio nome do personagem Alberto Ruiz-Tagle, que imita o sobrenome do presidente do Chile de 1994 até 2000, Eduardo Frei Ruiz-Tagle, filho de Eduardo Frei Montalva, que governou o Chile entre 1964 e 1970, antes de Allende. Bibiano O’Ryan, um dos personagens do livro, comenta em certa passagem a primeira identidade de Wieder “- [...] e, sim, Carlos Wieder era Ruiz-Tagle (que cara de pau se chamar Ruiz-Tagle, disse Bibiano, o sujeito foi buscar um belo sobrenome) -” (BOLAÑO, 2009, p. 50). De fato, a escolha do sobrenome Ruiz-Tagle evoca muitas coisas no Chile, por ser de uma família poderosa e de políticos influentes.

Outra passagem do livro referente à transição no Chile é quando Belano, já após o fim da ditadura, tenta rastrear o paradeiro de Ruiz-Tagle/Wieder, que some

aos poucos após a exposição fotográfica já citada. Embora longa, vale à pena a transcrição:

Em 1992, seu nome surge em destaque num inquérito policial sobre torturas e desaparecimentos. É a primeira vez que ele aparece publicamente ligado a temas extraliterários. Em 1993, vinculam-no a um grupo operacional independente responsável pela morte de vários estudantes na região de Concepción e em Santiago. Em 1994, sai um livro de um grupo de jornalistas chilenos sobre os desaparecimentos em que ele volta a ser mencionado.[...] Somente três velhos companheiros de farda saem em sua defesa. Os três são reformados; os três são guiados pelo amor à verdade e por um altruísmo desinteressado. O primeiro major do Exército, afirma que Wieder era um homem sensível e culto, muito mais vítima, à sua maneira, é claro, dos anos de ferro em que o destino da República esteve em jogo. O segundo, um sargento da Inteligência militar, prende-se mais em comentários do cotidiano; sua imagem de Wieder é de um jovem enérgico, brincalhão, trabalhador, e olhe que havia oficiais que não faziam nada, respeitoso com seus subordinados, aos quais tratava não diria como se fossem filhos porque a maioria de nós éramos mais velhos que ele, mas como irmãos mais novos, meus irmãozinhos, dizia-lhes Wieder, às vezes até mesmo sem mais nem menos, com um grande sorriso de felicidade- mas feliz por quê?- atravessando-lhe o rosto. O terceiro, um oficial que o acompanhou em algumas missões em Santiago- poucas, como se preocupou em deixar claro-, afirma que o tenente da Força Aérea não fez mais do que aquilo que todos os chilenos tiveram de fazer. Nas guerras internas os prisioneiros são um estorvo. Esse era o lema que Wieder e alguns outros seguiram, e quem, no meio do terremoto da história, poderia culpá-lo por ter se excedido no cumprimento do dever. Às vezes, acrescentava pensativo, um tiro de misericórdia se torna mais um consolo do que um último castigo.

Ao final, um juiz pessimista e corajoso o inscreve como réu em um processo de instrução que não irá adiante. Wieder, evidentemente não se apresenta. Outro juiz, dessa vez de Concepción, cita-o como principal suspeito no processo do assassinato de Angélica Garmendia e do desaparecimento de sua irmã e de sua tia. Amalia Maluenda, a empregada Mapuche das Garmendia, apresenta-se de surpresa como testemunha e durante uma semana sua presença se torna um prato cheio para os jornalistas. A noite do crime, em sua lembrança, fundiu-se numa longa história de homicídios e injustiças. Sua história se encadeia em verso heroico (*épos*), cíclico, que aqueles que a ouvem, assombrados, entendem que se trata em parte de sua história, a história da cidadã Amalia Maluenda, ex-empregada das Garmendia, e em parte a história do Chile. Uma história de terror. [...] Nenhum dos processos vai adiante. São muitos os problemas do país para que se interesse pela figura cada vez mais nebulosa de um assassino em série há muito desaparecido. O Chile o esquece (BOLAÑO, 2009, p. 106-108).

Quais seriam os problemas do Chile para não se preocupar com os assassinatos de Wieder? Talvez Bolaño se referia à frágil situação em que se

encontrava a democracia chilena. Os dois primeiros governos democráticos tiveram dificuldades de enfrentar as violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura, uma vez que a presença militar ainda era muito forte e exercia influência política. Uma prova disso é o fato que de Pinochet, após o fim da ditadura, continuou como chefe das Forças Armadas e detinha o cargo de senador vitalício; diga-se de passagem, criado por ele mesmo. Ao relembrar o processo de redemocratização, Patricio Aylwin escreveu:

[...] Los sectores vinculados al régimen y especialmente las Fuerzas Armadas y Del orden no ocultaban su rechazo a que si seguiera investigando esta matéria y planteaban que hacerlo era volver al pasado y crear un conflicto en la sociedad chilena que podía tener impredecibles consecuencias (AYLWIN, 1994, p 106).

De fato, quando houve a intenção de se investigar algum crime relacionado aos militares na presidência de Aylwin, a reação dessa classe foi medir forças com o novo governo criando situações que poderiam colocar em risco a democracia recém-conquistada. A primeira aconteceu em novembro de 1990 e ficou conhecida como *ejercicio de enlace*, um aquartelamento iniciado após uma investigação realizada pelo *Consejo de Defensa Del Estado* ao filho de Pinochet. Em seguida ao aquartelamento, o Exército deu início às manobras nas periferias de várias cidades, deixando a comunidade política angustiada. Após três dias o movimento terminou com uma negociação entre o secretário do governo, Enrique Correo Rios, e o braço direito de Pinochet, Jorge Ballerino. O estopim que deu início ao aquartelamento foi a investigação dos “pinocheques”, um caso de acúmulo ilegal de dinheiro e compra de empresas pela família Pinochet. A investigação nunca foi aberta oficialmente e se encerrou em 1995, sem nenhuma penalização aos culpados.

No ano de 1992 o governo de Aylwin enfrentou mais uma dificuldade, o assassinato de Jaime Guzman, colaborador de assuntos jurídicos e políticos de Pinochet durante o regime militar. Guzman foi morto em decorrência de um atentado feito pela FPMR - *Frente Patriótico Manuel Rodríguez*. Durante o funeral de Guzman, Aylwin foi vaiado enquanto Pinochet era aclamado; a situação causou tanto embaraço que levou à renúncia do ministro do interior, Enrique Klauss. No mesmo ano foi descoberto que a DINE (*Dirección de Inteligencia del Ejército*) estava interceptando as ligações de Aylwin. No ano seguinte, uma investigação dos fundos de Pinochet fez o Exército se aquartelar novamente, desta vez no edifício das

Forças Armadas que fica perto do *La Moneda*. Comandados por Pinochet, que então era comandante em chefe do Exército, os soldados se armaram e vestiram para o combate; o episódio ficou conhecido como Boinazo e teve a interferência novamente de Ballerino-Correa.

Tentando preservar a frágil democracia chilena, o governo precisou escolher entre investigar os crimes da ditadura ou ser conivente com os criminosos para não causar tensões políticas num país já enfraquecido institucionalmente. Um modo de resolver esse impasse foi a criação da Comissão Rettig, organismo que esclareceria a verdade sobre os crimes de morte e desaparecimentos durante a ditadura e que poderia reconciliar o Chile. Segundo Aylwin, a comissão

[...] Tenia como objeto contribuir al esclarecimiento global de la verdad sobre las más graves violaciones a los derechos humanos cometidas en el país o en el extranjero, si esta última tiene relación com el Estado de Chile o com la vida política nacional, con el fin de colaborar en la reconciliación de todos los chilenos y sin perjuicio de los procedimientos judiciales a que puedan dar lugar tales hechos. Expresamente dejamos Constancia, al determinar la competencia da la Comisión, que Ella se referiría exclusivamente al esclarecimiento de la verdad y a la búsqueda de caminos de reconciliación y no al juzgamiento y agregamos expresamente, en el artículo segundo “ en caso alguno la Comisión podrá asumir funciones jurisdiccionales propias de los tribunales de justicia, ni intervenir em procesos pendientes ante ellos, no podrá, em consecuencia, pronunciarse sobre la responsabilidad que con arreglo a las leyes pudiera a caber a personas individuales por los hechos que hayan tomado conocimiento” y agregábanos: “ si en el ejercicio de sus funciones la Comisión recibe antecedentes sobre hechos que revistan caracteres de delito, los pondrá sin más trámites a disposición del tribunal que corresponda”. Com esto quedaba claramente delimitada la esfera de competencia de la Comisión (AYLWIN, 1994, p. 109).

Deste modo, para não pressionar os militares, não cabia à *Comisión Rettig* a função de ser uma corte penal. Um dos limitadores da Comissão da Verdade já estava explícito no próprio decreto que a criou: a comissão deveria ser um organismo de esclarecimento, não punitivo e que não poderia divulgar os nomes dos criminosos no relatório final. Assim, de modo algum deveria assumir a função dos tribunais de justiça, ou seja, a punição aos violadores deveria chegar pela via legal.

De todo modo, processos de investigação de crimes ocorridos durante a ditadura que chegavam aos tribunais esbarravam na Lei de Anistia de 1978. A ativista dos direitos humanos e professora de ciência política da George Mason

University, Jo-Marie Burt, explica como funcionou a relação entre a comissão da verdade de 1990 e a Lei de Anistia

[...] temendo uma reação militar, o governo de Aylwin não contestou a lei de anistia de 1978, decretado sob o governo de Pinochet para impedir punição pelos piores crimes da ditadura. A Comissão Rettig, como é conhecida, investigou execuções extrajudiciais, desaparecimentos e casos de tortura que levaram à morte (mas não tortura por si só). Produziu um relatório documentando a morte e o desaparecimento de cerca de 3.000 cidadãos chilenos e recomendou a implementação de reparações monetárias e simbólicas para os sobreviventes da ditadura. A impunidade, entretanto, permaneceu intacta. Embora houvesse julgamentos investigando casos de desaparecimentos forçados e assassinato, a lei de anistia era rotineiramente aplicada, protegendo os criminosos da punição efetiva (BURT, 2011, p. 318).

Diante de tantos ataques da classe militar chilena protegida pela Lei de Anistia, a busca por justiça no pós-ditadura foi tolhida, sendo quase impossível levar a julgamento aqueles que cometeram crimes de lesa-humanidade. O mal-estar presente na narrativa de Bolaño é um meio de metaforizar o incômodo presente na sociedade chilena nesse período.

Sabemos que Ruiz-Tagle/Wieder está a anos impune por todos os crimes que cometeu, mas nos momentos finais do livro *Belano* pode finalmente ter seu encontro com o poeta-assassino que assombrou sua vida por mais de vinte anos. Quando o narrador Arturo Belano e Abel Romero, um ex-policia chileno que está sendo pago para encontrar Wieder, finalmente encontram seu paradeiro, o momento é desconfortável. O narrador descreve a situação:

De repente, entramos em um parque, pequeno e frondoso como um jardim botânico. Romero indicou um banco quase encoberto por ramos de árvores. Espere-me aqui, disse ele. De início, sentei-me obediente. Depois procurei seu rosto na penumbra. Vai matá- ló?, murmurei. Romero fez um gesto que não consegui enxergar. Espere-me aqui ou vá para a estação de Blanes e pegue o primeiro trem. Nós nos vemos mais tarde em Barcelona. É melhor não matá- ló, eu disse. Isso pode nos arruinar, a mim e a você, e além disso é inútil, esse sujeito já não vai fazer mal a ninguém. A mim não vai arruinar, pelo contrário, vai me valorizar. Quanto a ele não poder fazer mal a ninguém, o que posso dizer, a verdade é que não sabemos, não temos como saber, nem eu nem você somos Deus, fazemos aquilo que podemos fazer. Nada além disso. Não conseguia ver seu rosto, mas pela voz (uma voz que saía de um corpo totalmente imóvel) percebi que se esforçava para ser convincente. Não vale a pena, insisti, está tudo acabado. Ninguém fará mais mal a ninguém. Romero deu-me um tapinha no ombro. É melhor você não se meter nisso, disse ele. Volto logo” (BOLAÑO, 2009, p. 140-141)

Conforme o livro se direciona para o final, o leitor compartilha da melancolia de Belano, que vê a possibilidade de conclusão do caso e pensa que “não vale a pena”. A morte de Wieder fica implícita no texto, mas não parece que o longo histórico de crime e violência desse personagem e seu rastro de maldade sejam palpáveis. Além de ser a personificação do mal, Wieder também é a lembrança da falha do governo chileno em levar a julgamento os criminosos da ditadura. Rory O’Byren, professor de cultura e literatura latino-americana na Universidade de Cambridge, escreve

[...] Given that the collaboration between poet and private detective is from the very start framed as the outcome of the transition government’s failure to bring military leaders to trial and do justice to their victims- the narrator underscores the fact that both he and the hack detective appear on the scene at precisely the moment when the state decides to forget Wieder in order to deal with more pressing present concerns—the novel’s gear-change into the register of the thriller necessarily sets up its ending as a disappointment in advance. That is, it frames in advance its own narrative resolution of Wieder’s spectral afterlife postcoup as a hasty, unsatisfactory solution to a problem that (like specters themselves) won’t go away that easily and to a problem that certainly cannot be resolved in a single act of personal vengeance (O’BYREN, 2015, p. 27-28).

Além de parecer que o caso Wieder fica inconcluso, o sobrenome de origem alemã do assassino parece ser outra charada de Bolaño, que pode representar um alerta para o futuro. O narrador esclarece: “Wieder, segundo nos contou Bibiano, significava “outra vez”, “de novo”, “novamente”, “pela segunda vez”, “de volta”, em alguns contextos de “uma e outra vez”, e “a próxima vez” em frases que apontam para o futuro” (BOLAÑO, 2009, p. 45). Esse personagem é o espectro que ronda uma sociedade que não dialoga francamente com o passado, assim, presenças como a de Wieder estão sempre sujeitas a voltarem à cena para causar mal.

Ainda sobre as investigações penais no Chile, somente a partir de agosto de 1999 é que se abriu a possibilidade de avançar nas investigações, quando se estabelece uma mesa de diálogo entre vários setores da sociedade chilena, incluindo militares, com o objetivo de encontrar as vítimas do regime militar ou pelo menos saber qual foi seu destino. É válido lembrar que a mesa de diálogo ocorreu concomitantemente à prisão de Augusto Pinochet em Londres, o que gerou um

complexo debate sobre o tratamento dado aos casos das vítimas da ditadura e sobre a possibilidade da penalização desses crimes.

O resultado da mesa de diálogos veio à tona em janeiro de 2001. Os militares apresentaram o paradeiro de 200 vítimas, sendo 180 identificadas. O então presidente Ricardo Lagos entregou essas informações à Suprema Corte e solicitou um reforço às instâncias judiciais para atender à demanda dessas vítimas e seus familiares. Com as designações feitas por Lagos, as investigações conseguiram avançar muito e melhorar qualitativamente, reabrindo-se processos, ampliando nomeações e, no ano de 2005, reorganizando este trabalho e facultando às Cortes de Apelação das regiões a tarefa de indicar ministros investigadores.

No ano de 2003, após anos de pressão da sociedade civil e organizações de direitos humanos, o presidente Ricardo Lagos instaurou a Comissão Valech, também conhecida como Comissão Nacional sobre prisão política e tortura, para investigar os crimes de tortura e violação dos direitos humanos. Uma revisão final do relatório revelou que mais de 40.000 pessoas foram vítimas de violações entre os anos de 1973 e 1990. Nesse mesmo ano Bolaño veio a falecer, e em uma de suas últimas entrevistas, concedida em janeiro de 2003 ao jornal *El Tiempo*, ao ser questionado como via o Chile à distância respondeu “Tengo la impresión de que la democracia se está asentando, lo que ya es una gran cosa, y de que la sociedad lentamente vuelve a aprender a convivir. Por supuesto, a costa de algunas pérdidas de memoria, de algunas lobotomías.”⁷

Infelizmente, Bolaño não viveu tempo suficiente para ver algo além das limitadas conquistas da justiça de transição no Chile. Nos últimos anos essas iniciativas deram passos largos em direção a uma possível reparação/justiça para aqueles que tanto sofreram durante a ditadura, além, é claro, de solucionar muitos crimes do passado. Mas o questionamento de Arturo Belano ainda faz eco vinte anos depois; será que vale a pena?

⁷ Disponível em: <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-1032529>. Acesso em 04 abr. 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o fim da ditadura em 1990, o Chile enfrentou o árduo desafio de reestabelecer a democracia após um longo período de exceção. Tal empreitada não foi das mais fáceis, posto que os militares que até então estavam no governo começaram a medir forças com a recém instaurada democracia. Assim sendo, devido a essa fragilidade política, o processo de transição à democracia foi moldado em partes pela oposição das Forças Armadas e setores políticos conservadores.

Podemos perceber claramente a interferência dos militares na redemocratização quando o governo do presidente Aylwin decidiu lidar com as violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura. O programa de justiça de transição dificilmente conseguia levar a julgamento os crimes de lesa-humanidade, fosse por causa da capacidade de organização dos militares que se recusavam a prestar esclarecimentos sobre esses crimes ou devido à Lei de Anistia de 1978, que perdoava os crimes por motivação política acontecidos entre 1973 e 1978.

Por conta destes entraves, o governo de Aylwin optou por um programa que protegia os militares de qualquer constrangimento ou represálias pelo que aconteceu durante a ditadura, assim, optou-se por instaurar uma Comissão da Verdade, a Comisión Rettig, que pretendia esclarecer as mortes e desaparecimentos ocorridos entre 1973 e 1990. A comissão estava aberta para qualquer pessoa que quisesse falar sobre sua experiência, mas não deveria de modo algum fazer o papel do judiciário. Isso estava claro no decreto que a criou, no qual fica explícito que o papel da comissão é reconciliar vítimas e algozes, esclarecendo a verdade sobre as violações de Direitos Humanos.

Outro ponto do decreto que estabeleceu a comissão diz que sob nenhuma circunstância os nomes citados nas sessões deveriam estar no relatório final. Isso foi alvo de muitas críticas porque claramente protegia os militares de qualquer responsabilidade sobre essas mortes e desaparecimentos.

Deste modo, nos anos após o fim da ditadura, muito pouco pôde ser feito em matéria de justiça às vítimas do regime militar, e o que houve foram medidas de reparação simbólica que não perturbavam os militares. Somente no começo dos anos 2000, quando magistrados da Suprema Corte foram aos poucos sendo

substituídos por novos membros que ignoravam a Lei de Anistia de 1978, os processos criminais começaram a se desenrolar.

O escritor Roberto Bolaño foi uma das milhares de vítimas do regime militar que teve que se exilar após ser preso pelo regime. Essa experiência ocorrida durante sua juventude o marcou profundamente, tanto que é narrada diversas vezes em sua obra. O contexto histórico e social que Bolaño vivenciou não somente no Chile, mas também no México e na Espanha, serviram de matéria para a construção de suas narrativas literárias.

Quando escreveu *La literatura nazi en América* e *Estrella distante*, em 1996, Bolaño já estava há mais de vinte anos longe do seu país, e mesmo assim usou a literatura como um espaço para pensar questões que estavam sendo debatidas no Chile, como justiça, memória e impunidade. Ao escrever, utilizou muito da história chilena e sua memória pessoal; nos seus livros estão presentes as demandas de chilenos e chilenas que por um longo período não tiveram voz própria em sua sociedade. A partir da leitura dos livros de Bolaño podemos perceber que o escritor age como testemunha de seu tempo, e que se apropriou de eventos históricos e de sua própria trajetória para criar a narrativa de *La literatura nazi en América* e *Estrella distante*.

Após a leitura de ambos os livros percebemos que as narrativas transitam entre o território da ficção e da realidade, uma vez que Bolaño se apropria de eventos reais como o golpe de 1973 e seu encarceramento, para a partir disso criar uma narrativa fictícia. Não somente isso, o autor usou a literatura como uma ferramenta de engajamento social e denúncia, pois, como podemos perceber, o personagem de Wieder representa não somente os criminosos da ditadura, como também a falha da justiça de transição em levar a julgamento tais criminosos.

Longe de ser uma leitura definitiva sobre os livros de Bolaño, esta análise é mais uma possibilidade dentre as inúmeras existentes para compreender a obra do escritor chileno, que foi um observador crítico de acontecimentos importantes do século XX, e é reconhecido atualmente como um dos grandes nomes da literatura.

FONTES

AZOCAR, Patricio Aylwin. **La comision de la verdad y reconciliación de Chile**. Disponível em: <<https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/4/1836/8.pdf>>. Acesso em 28 out. 2016.

BOLAÑO. Roberto. **A literatura nazi nas Américas**. Lisboa: Quetzal, 2010.

BOLAÑO. Roberto. **Estrela distante**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Informe de la comision nacional de verdad y reconciliacion. Andros impresores, 1996. 2 v. Disponível em: <<http://www.gob.cl/informe-rettig/>>. Acesso em 25 out. 2016.

BIBLIOGRAFIA

AGGIO, Alberto. **Democracia e socialismo: a experiência chilena**. São Paulo: Annablume, 2002.

ANGELL, Allan. Chile, 1958-1990. In: BETHELL, Leslie (Ed.). **Historia de América Latina. El cono sur desde 1930**. Vol. 15. Barcelona: Crítica, 2001, p.255-312.

BOLAÑO, Roberto. **Between parenthesis: Essays, articles and speeches, 1998-2003**. Nova Iorque: New Directions, 2011.

BOLAÑO, Roberto. **Estrella Distante**. Barcelona: Alfaguara, 2016.

BOLAÑO, Roberto. **La literatura nazi en América**. Barcelona: Alfaguara, 2016.

BORGES, Valdeci Rezende. **História e literatura: algumas considerações**. Revista de Teoria da História/UFG, Goiás, Ano 1, n. 3, 2010.

CARDOSO, João Batista. **Um mapa da história sobre o mapa da ficção**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2009.

CHARTIER, Roger. **Literatura e história**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v1n1/2237-101X-topoi-1-01-00197.pdf>>. Acesso em 28 jul. 2017.

DAUER, Gabriel Roberto. **Marcas da memória: justiça de transição no Brasil e Chile**. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/4.-DAUER-Gabriel-Roberto-Marcas-da-Mem%C3%B3ria-justi%C3%A7a-de-transi%C3%A7%C3%A3o-no-Brasil-e-no-Chile.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2015.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

GARRETÓN, Manuel Antonio M. **A redemocratização no Chile: transição, inauguração, evolução.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?s01026445199200030000&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 set. 2015.

GINZBURG, Jaime. **Autoritarismo e literatura: a história como trauma.** Disponível em: <<http://sites.unifra.br/Portals/35/Artigos/2000/33/autoritarismo.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

GUELL, P; LECHNER, N. **Construccion social de las memórias em la transicion chilena.** Disponível em: <http://www.archivochile.com/Ceme/recup_memoria/cemememo0024.pdf>. Acesso em 28 jul. 2017.

LÓPEZ- CALVO, Ignácio (Org). Roberto **Bolaño, a less distant star-Critical Essays.** New York: Palgrave Macmillan, 2015.

LÓPEZ- CALVO, Ignácio. **Critical insights- Roberto Bolaño.** Ipswich: Grey House Publishing/ Salem Press, 2015.

LÓPEZ- CALVO, Ignácio. **Written in exile: Chilean fiction from 1973- present.** New York: Rutledge, 2001.

MONTAÑEZ, Amanda Pérez. **Vozes do exílio e suas manifestações nas narrativas de Julio Cortázar e Marta Traba.** Londrina: Eduel, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. **A relação entre arte e política: uma introdução teórico-metodológica.** Temáticas, Revista de Pós-graduação em Sociologia/Unicamp, Campinas, v. 37-38, p. 25-56, 2011.

PEREIRA, A; RIBEIRO, G (Org). **Toda a orfandade do mundo: escritos sobre Roberto Bolaño.** Belo Horizonte: Relicário Edições, 2016.

PEREIRA, Aline Andrade. **Os prisioneiros de Rubem Fonseca: uma análise historiográfica da obra em relação a sua atuação no IPÊS.** Disponível em <<http://anais.anpuh.org/wpcontent/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0057.pdf>>. Acesso em 04 abr. 2017.

PÉREZ, Alberto Julián. **Estrella distante:poesía y historia.** Disponível em: <https://www.academia.edu/6530378/Roberto_Bola%C3%B1o_Estrella_distante_po es%C3%ADa_e_historia_>. Acesso em 12 ago. 2015.

POLAR, Antonio Cornejo. **O condor voa: literatura e cultura latino- americanas.** Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000.

RAMÍREZ, Hernán. **Informes Rettig e Valech (1 e 2): reflexões sobre História, Memória, Verdade e Justiça no Chile recente.** Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/hernan_ramirez2012.pdf>. Acesso em 01 fev. 2017.

REÁTEGUI, Félix (Org). **Justiça de transição: manual para a América Latina**. Brasília: Ministério da justiça, 2011.

REIS, Carlos Alves. **O conhecimento da literatura: uma introdução aos estudos literários**. Coimbra: Almedina, 2008.

RONIGER, L; SZNAJDER, M. **O legado das violações dos direitos humanos no cone sul**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Márcio S. **Literatura e trauma**. Disponível em:
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/viewFile/8643943/1139>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

WILLIANS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WINN, Peter. **A revolução chilena**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

